



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL 2013

Ceará
junho/ 2014

Lista de Figuras

Figura 1. Evolução do Indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias, Ceará, 2007-2013.	21
Figura 2. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2013.	25
Figura 3. Evolução do Indicador População Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Fortaleza–Ce, 2007-2013.	30
Figura 4. Evolução do Indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água– 2007-2012	31
Figura 5. Evolução do Indicador População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Coletora de Esgoto Sanitário operada pela CAGECE, Ceará, 2007-2012	35
Figura 6. Evolução do Indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário operada pela CAGECE, Ceará, 2007-2012.	37
Figura 7. Pavimentação no município de Barbalha, 2013.	45
Figura 8. Construção e reforma de praças no município de Farias Brito, 2013.	45
Figura 9. Reforma da Praça do Socorro no município de Juazeiro do Norte, 2013.	45
Figura 10. Reforma da Praça do Socorro no município de Juazeiro do Norte, 2013.	45
Figura 11. Pavimentação em pedra tosca no município de Ibicuitinga, 2013.	45
Figura 12. Construção da Praça das Melancias no município de Ibicuitinga, 2013.	45
Figura 13. Evolução do Indicador População Urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2013.....	54
Figura 14. Evolução do Indicador População Urbana do Interior (exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2013.	55

Lista de Mapas

Mapa 1. Municípios elegíveis pelo Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - SUB-50 (PMCMV - SUB50), Secretaria das Cidades, 2013.	11
Mapa 2. Municípios elegíveis pelo Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV – FAR), Ceará, 2013.	13
Mapa 3. Municípios com Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV2 – SUB 50, PMCMV - FAR e PMCMV - PNHR), Ceará, 2013.....	16
Mapa 4. Municípios beneficiados com Unidades Habitacionais, Ceará, 2013.	18
Mapa 5. Municípios Operados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Ceará, 2013.	27
Mapa 6. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Operados pela CAGECE, Ceará, 2013.	28
Mapa 7. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Não Operados pela CAGECE, Ceará, 2012.	32
Mapa 8. Distribuição geográfica das obras urbanas por município, Ceará, 2008-2013.	42
Mapa 9. Distribuição dos municípios beneficiados com obras urbanas, Ceará, 2008-2013.....	46
Mapa 10. Localização Prevista dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos, Ceará, 2013.	48
Mapa 11. Situação dos Municípios quanto à formação dos Consórcios Públicos, Ceará, 2012.....	51
Mapa 12. Municípios beneficiados com ações de apoio aos Grupos Produtivos de Baixa Renda e aos Arranjos Produtivos Locais, Ceará, 2013.	63

Lista de Tabelas

Tabela 1. Indicadores do Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2013.	9
Tabela 2. Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades no âmbito do PMCMV (SUB-50, FAR e PNHR), Ceará, 2013.....	15
Tabela 3. Unidades Habitacionais Entregues pelo Governo do Estado, Ceará, 2013.	17
Tabela 4. Unidades Habitacionais Entregues pelo Governo do Estado, Ceará, 2007-2013.....	19
Tabela 5. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2013.	25
Tabela 6. Indicadores do Resultado Estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2007-2013.....	26
Tabela 7. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões, Ceará, 2007-2013.....	39
Tabela 8. Quantidade de Obras Urbanas e Municípios Beneficiados (exceto Fortaleza), Secretaria das Cidades, 2007-2013.	41
Tabela 9. Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza), Ceará, 2013.	44
Tabela 10. Consórcios Públicos Formados por Iniciativa do Governo Estado do Ceará no período 2008-2011.	50
Tabela 11. Indicadores do Resultado Estratégico Expansão das Economias Locais, Ceará, 2007-2013.	60

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	7
II.	RESULTADOS ESTRATÉGICOS	9
1.	RESULTADO 1 – EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL ADEQUADAS	9
1.1.	Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias (2007-2013).....	9
1.2.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico.....	22
1.3.	Produto Unidade Habitacional (2013).....	22
1.4.	Projetos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV 1	22
1.5.	Projeto Maranguapinho.....	23
1.6.	Projetos no âmbito das Operações Coletivas e PSH	23
1.7.	Projeto em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão (Leilão)	23
1.8.	Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2013).....	24
1.9.	Produto Fogões Ecoeficientes (2013)	24
1.10.	Produto Reformas (2013).....	24
2.	RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	26
2.1.	Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2013).....	29
2.2.	Análise do Indicador de Resultado: População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2013)	30
2.3.	Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos.....	33
2.3.1.	Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2013).....	33
2.3.2.	Produto Ligação Domiciliar de Água Efetivada (2013)	34
2.4.	Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2013).....	34
2.5.	Análise do Indicador de Resultado: População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2013).....	35
2.6.	Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos.....	37
2.6.1.	Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2013)	37
2.6.2.	Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada (2013)	38
3.	RESULTADO 3 – MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES	39
3.1.	Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (2007-2013)	40
3.1.1.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico.....	43
3.1.1.1.	Produto Obra Urbana Implantada (2013)	43
3.2.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2012)	53

3.3.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2012)	54
3.3.1.	Produto Aterro Sanitário Construído (2012).....	56
4.	RESULTADO 4 – EXPANSÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS.....	60

I. INTRODUÇÃO

A Secretaria das Cidades (CIDADES) apresenta o Relatório de Desempenho 2013 com a observação e a interpretação do setor no foco da Gestão Pública orientada para Resultados – GPR.

Neste documento são analisados os resultados estratégicos “**Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas**”, relacionado à função de governo Habitação; “**Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões**”, relacionado à função de governo Urbanismo; e “**Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário**”, relacionado à função de governo Saneamento, cujas ações de saneamento básico são executadas por meio da entidade vinculada Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

Também apresenta a observação da setorial no que se refere ao resultado estratégico “**Expansão das Economias Locais**”, o qual não possui vinculação direta com nenhuma função de governo específica. Demonstra-se por meio desse resultado o trabalho realizado pela CIDADES junto a atividades econômicas e a grupos de produtores.

Ressalte-se que os resultados são impulsionados pela execução de ações – Projetos e Atividades – desenvolvidas no âmbito do Programa Habitacional, Programa Desenvolvimento Urbano e Programa Saneamento Ambiental. Merece destaque neste contexto o Trabalho Técnico Social, ora realizado pela CIDADES, ora pela CAGECE, ora pelos Municípios, e que se constitui num importante elemento para a viabilização de demandas sociais existentes nas áreas de abrangência dos projetos. Parte das ações inclui atividades de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e de geração de emprego e renda que objetivam o desenvolvimento da população beneficiária dos projetos, e que também contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Os resultados também são movidos pela execução de Projetos Especiais de Melhoria Urbana e Ambiental, a exemplo do Rio Maranguapinho, Rio Cocó, que integram ações de habitação, estruturação urbana, saneamento básico e obras hídricas, e o Projeto Dendê, que também inclui essas ações, excetuando-se as obras hídricas. Ressalte-se que esses projetos não se constituem num resultado direto da execução da política habitacional do Estado, uma vez que a motivação principal é a melhoria das estruturas urbanas das cidades beneficiadas por meio desses projetos.

Esses resultados refletem, ainda, o esforço do trabalho da Secretaria no sentido da implementação da estratégia de Governo relacionada à desconcentração espacial do desenvolvimento do Estado, idealizada e implementada em sucessivas gestões, e efetivada na CIDADES mediante a contratação de operações especiais cuja realização visa o fortalecimento de pólos regionais, indicados por meio de estudos econômicos como alternativas de solução para o desenvolvimento do Estado de forma mais equilibrada e, assim, contribuir em longo prazo para a redução da macrocefalia existente na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

Nesse sentido, destaca-se a execução do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central e a contratação em outubro/13 do Projeto Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, ambos no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional.

O desempenho dos produtos é analisado a partir das metas programadas para 2012 em relação às metas realizadas nesse exercício. A mensuração é feita por meio dos indicadores de produto. O desempenho dos produtos aferido ao final do exercício demonstra, em certa medida, a contribuição para o alcance dos resultados estratégicos aos quais esses produtos estão relacionados.

II. RESULTADOS ESTRATÉGICOS

1. RESULTADO 1 – EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL ADEQUADAS

Tabela 1. Indicadores do Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2013.

Indicador	Exercício						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias	38,2%	31,8%	45,7%	40,0%	84,4%	74,1%	77,9%

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPEs.

O resultado estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas é medido pelo indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias.

1.1. Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias (2007-2013)

O indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias representa a proporção de unidades habitacionais de interesse social entregues no ano, em relação à demanda identificada e programada de unidades habitacionais para o ano.

Esse indicador não é efetivo na explicação do problema relacionado à falta de habitações, porque representa apenas a capacidade de atendimento da Secretaria das Cidades frente às demandas apresentadas pelas prefeituras municipais e entidades.

O Plano de Habitação do Ceará elaborado no período 2010/2011 identificou os números referentes à problemática habitacional do Estado. No tocante ao déficit quantitativo foi registrada a falta de 608 mil unidades habitacionais, e no déficit qualitativo a inadequação de 868 mil unidades.

No sentido de apoiar os municípios no combate ao déficit habitacional quantitativo, o Estado desempenha o papel de indutor e, desde 2011, vem articulando junto à União, Municípios, Entidades da Sociedade Civil Organizada, Bancos e Empresários do Setor da Construção Civil a dinamização da produção habitacional no Estado.

Destaque-se que o papel exercido pelo Estado vai além da articulação e mobilização dos agentes envolvidos. Inclui também o aporte de recursos, a viabilização de infraestrutura, quando necessário, e o acompanhamento da execução dos empreendimentos.

Em 2012, o Poder Executivo obteve junto à Assembléia Legislativa do Ceará, a aprovação da Lei Estadual nº 15.143, que autorizou o aporte de recursos financeiros no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal. Também foi aprovado em 2012 o Decreto nº 30.968, de 19/07/2012, DOE nº141, de 25/07/2012, que regulamenta a referida lei.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, criado por meio da Lei Federal nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011, tem por finalidade a criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais para famílias com renda mensal até R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais). É formado pelo Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. A participação do Estado nesse Programa, entretanto, está restrita às modalidades que atendem às famílias de baixa renda.

Para possibilitar atendimento aos 184 municípios do Estado, o Governo do Ceará elegeu como estratégia atuar em quatro modalidades do PMCMV: SUB-50, FAR, PNHR e Entidades.

Em todas essas formas de atuação, os beneficiários devem estar inscritos nos cadastros dos Municípios ou do Estado. Também deverão estar devidamente cadastrados no CADUNICO, do Governo Federal.

A primeira modalidade, Programa Minha Casa Minha Vida – SUB 50 - PMCMV–SUB 50, é voltada para o atendimento às famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil, residentes nos municípios com população até 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 142 municípios (**Mapa 1**). Essa modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais em áreas urbanas, por intermédio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e habilitadas pelo Ministério das Cidades.

No PMCMV–SUB 50, o investimento da União é de R\$ 25 mil por unidade habitacional, subsidiado com recursos oriundos do Orçamento Geral da União. O Estado aporta nas operações das quais participa como agente promotor, o valor de R\$ 3 mil por unidade, por meio do FECOP. O Trabalho Social é realizado por cada município, por meio das prefeituras municipais.

Na modalidade PMCMV1–SUB50 foram entregues em 2013, 449 unidades habitacionais no interior do Estado, das contratações realizadas no ano de 2011. Na modalidade PMCMV2–SUB50 foram entregues 166 unidades habitacionais em 2013 das 2.462 unidades contratadas.

Mapa 1. Municípios elegíveis pelo Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - SUB-50 (PMCMV - SUB50), Secretaria das Cidades, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A segunda modalidade, Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - FAR é lastreada com recursos do Orçamento Geral da União, depositados no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR. Essa modalidade é voltada para o atendimento às famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil, residentes nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com população acima de 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 42 municípios (**Mapa 2**). Esta modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais por intermédio de instituições financeiras oficiais federais.

No PMCMV - FAR o investimento da União em cada unidade habitacional é de R\$ 63 mil na RMF e de R\$ 59 mil nos demais municípios, conforme estabelece a Portaria nº465, de 3 de outubro de 2011, DOE 191, de 4/10/2011, do Ministério das Cidades. Nas operações realizadas com a participação do Estado é previsto aporte de contrapartida, em recursos do FECOP, que varia conforme o valor do empreendimento habitacional.

Destacam-se, no PMCMV - FAR, em 2013, a entrega de 752 unidades habitacionais, ambos no município de Fortaleza, totalizando 3.121 pessoas beneficiadas. Ainda em execução em 2013, destacam-se os Empreendimentos Orgulho Tropical, no município de Sobral, que beneficiará 2.084 famílias, e o Orgulho do Ceará II, em Maracanaú, que beneficiará 2.096 famílias, totalizando assim um número de 17.347 pessoas beneficiadas. O Trabalho Social do empreendimento de Maracanaú será desenvolvido pelo Governo do Estado.

Mapa 2. Municípios elegíveis pelo Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV – FAR), Ceará, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A terceira modalidade, PMCMV-PNHR, direcionada a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual até R\$ 15 mil, prevê a construção ou reforma de unidades habitacionais executadas por intermédio de Entidades Organizadoras que apresentam projetos às instituições financeiras federais. Nessa modalidade poderão ser beneficiados todos os municípios, em suas áreas rurais.

Tem por objetivo reduzir o déficit habitacional rural, incentivando a manutenção da família no campo e oferecendo moradia digna por meio de reforma ou da construção de novas moradias. Nesse último caso, pode tratar-se também de substituição de casas de taipa.

No PMCMV-PNHR o investimento da União é até R\$ 28,5 mil por cada unidade habitacional. O Governo do Estado do Ceará aporta até R\$ 4 mil por unidade, com recursos do FECOP, sendo parte desses recursos (R\$ 1 mil) destinada à assistência técnica das Entidades proponentes.

Por intermédio das Entidades Organizadoras, os beneficiários precisam comprovar o seu enquadramento no Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF e o cumprimento das exigências do referido programa.

Destacam-se, em 2013, no PMCMV-PNHR a contratação de 368 unidades habitacionais em 7 municípios. Não foi entregue nenhuma unidade no ano de 2013. As obras estão em andamento. Nos projetos do PNHR o Trabalho Social é desenvolvido pela Entidade Organizadora proponente.

A quarta modalidade, PMCMV - Entidades é, também, voltada para o atendimento a famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil, residentes em quaisquer dos municípios do Estado. Essa modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais em áreas urbanas, propostas por Entidades habilitadas junto ao Ministério das Cidades que se encarregarão de apresentar os projetos às instituições financeiras federais.

Os recursos federais que lastreiam essa modalidade são oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, seguindo os mesmos limites do PMCMV-FAR. O Estado complementarará esses recursos com os valores necessários à viabilização dos empreendimentos.

Destaca-se em 2013 para essa modalidade, as ações de mobilização junto às Entidades para que em 2014 possam ser contratadas operações em vários municípios cearenses.

Em síntese, foram contratadas em 2013 nas 3 modalidades (PMCMV2-SUB-50, PMCMV-FAR e PMCMV-PNHR) um total de 8.586 unidades habitacionais em 67 municípios do Estado, as quais irão beneficiar um número aproximado de 35.632 pessoas. Na modalidade PMCMV1-SUB 50 e PMCMV - Entidades não ocorreram contratações.

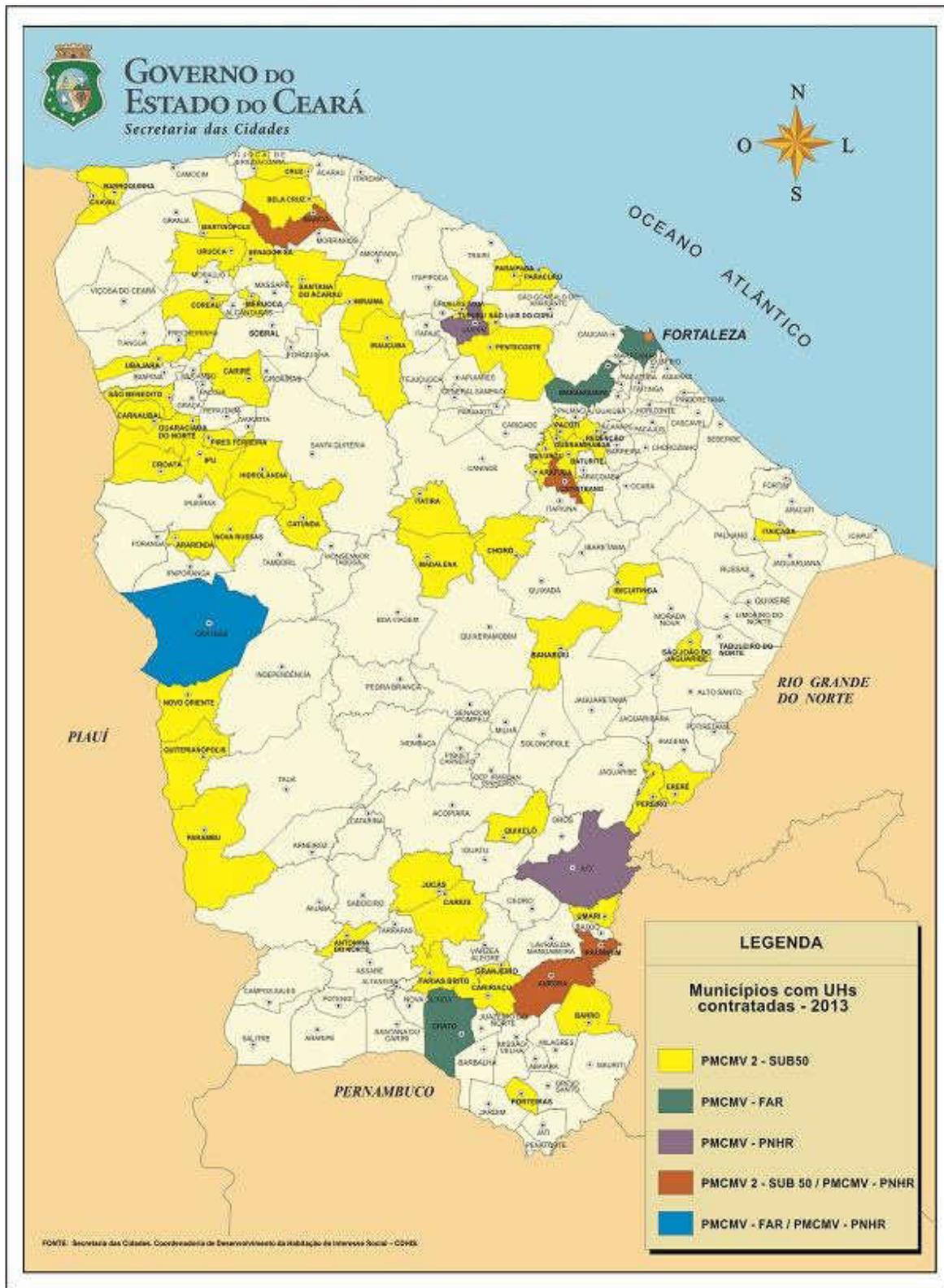
Tabela 2. Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades no âmbito do PMCMV (SUB-50, FAR e PNHR), Ceará, 2013.

Modalidades	Número de Municípios Apoiados	Número de UH Contratadas
SUB 50	61	2.462
FAR	4	5.756
PNHR	7	368
TOTAL PMCMV¹	67	8.586

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Nota: 1. Total de municípios beneficiados do PMCMV, eliminados os municípios repetidos.

Mapa 3. Municípios com Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV2 – SUB 50, PMCMV - FAR e PMCMV - PNHR), Ceará, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Em 2013 foram entregues 2.727 unidades habitacionais no Estado por meio dos Projetos de construção de unidades habitacionais relacionados ao PMCMV1 – SUB 50 (449 unidades habitacionais em 30 municípios que haviam sido contratadas em 2011), PMCMV2 – SUB 50 (166 unidades habitacionais em 17 municípios, das 2.462 unidades contratadas no ano nesta modalidade), PMCMV – FAR (752 unidades habitacionais no município de Fortaleza). Também contribuíram para as entregas de 2013, projetos no âmbito do PSH e Operações Coletivas (668 unidades habitacionais em 15 municípios), no âmbito do FNHIS (79 unidades habitacionais em 2 municípios) e os projetos em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão – Leilão (613 unidades habitacionais em 6 municípios). **(Tabela 3)**

Tabela 3. Unidades Habitacionais Entregues pelo Governo do Estado, Ceará, 2013.

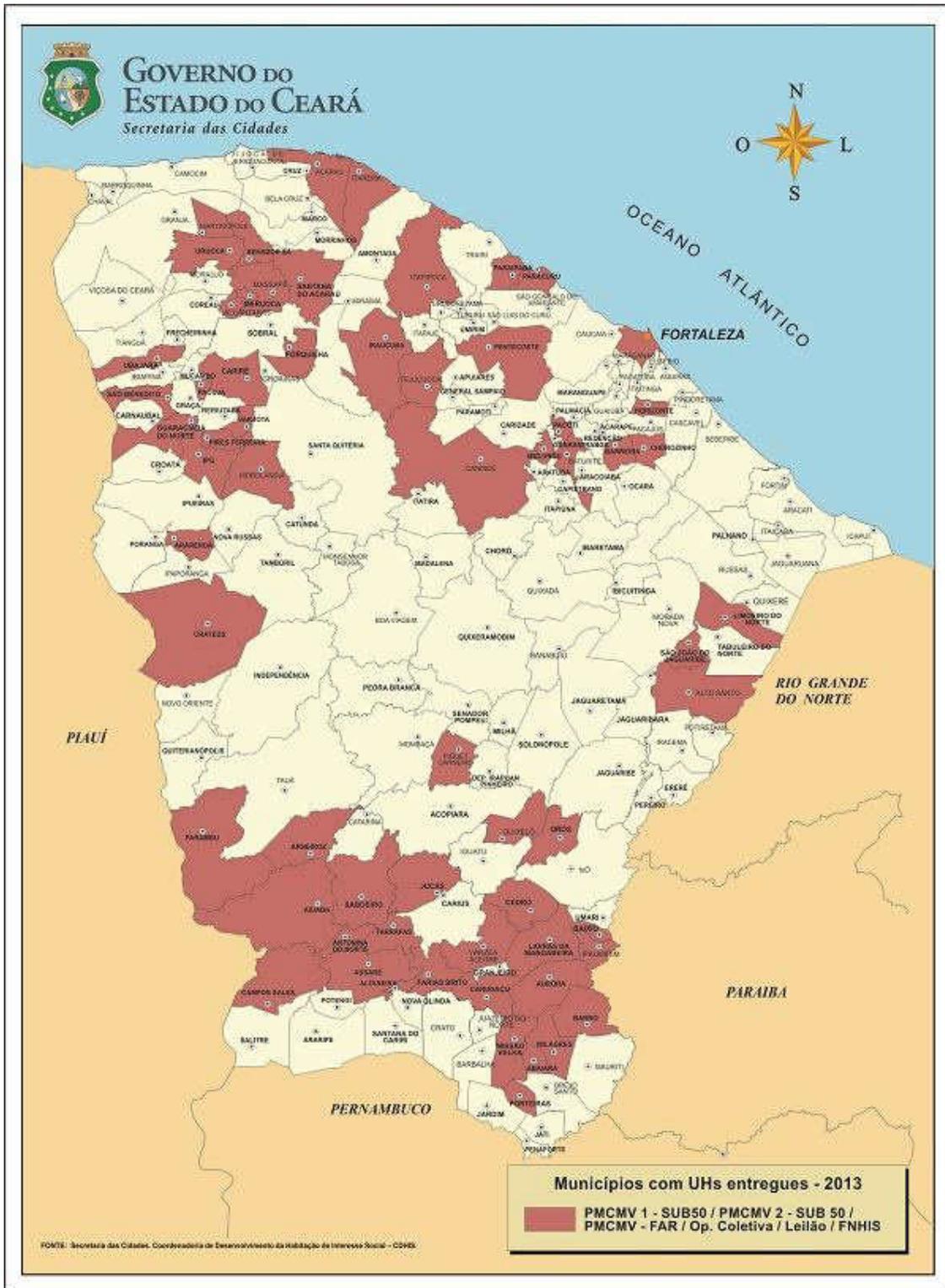
Projetos	Unidades Habitacionais Entregues
Projetos no âmbito do PMCMV1 – SUB 50	449
Projetos no âmbito do PMCMV2 – SUB 50	166
Projetos no âmbito do PMCMV – FAR	752
Projetos no âmbito do PSH e Operações Coletivas	668
FNHIS	79
Projetos em Regime de Mutirão - Leilão	613
Total	2.727

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Os desafios na área habitacional estão relacionados à ampliação de parcerias no âmbito do PMCMV. Destaca-se também a necessidade de fortalecer o modelo de gestão dos municípios no sentido de adequar os órgãos competentes nas prefeituras para tratar a habitação de forma integrada as funções urbanismo e saneamento, e, ainda, o desafio de articular a participação popular por meio dos Conselhos Municipais das Cidades.

Registre-se que os resultados de 2013 foram prejudicados pelo atraso na prestação de contas por parte de municípios conveniados, ocasionando demora nos repasses dos recursos e em alguns casos, refletindo em Tomadas de Contas Especial; pela morosidade das prefeituras municipais em apresentarem a documentação exigida para a formalização dos convênios e para repasse dos recursos, entre outros aspectos.

Mapa 4. Municípios beneficiados com Unidades Habitacionais, Ceará, 2013.



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Tabela 4. Unidades Habitacionais Entregues pelo Governo do Estado, Ceará, 2007-2013.

Exercício	Unidades Habitacionais Entregues	Varição ano a ano(%)
2007	1.411	-
2008	954	-32,4%
2009	2.286	139,6%
2010	2.117	-7,4%
2011	5.232	147,1%
2012	5.045	-3,6%
2013	2.727	-45,9%
Total	19.772	93,3%¹

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPEs.

Nota: 1. Variação percentual entre 2007 e 2013.

Causas naturais, a exemplo de invernos rigorosos, também provocam impacto negativo na produção de unidades habitacionais pela falta de condições do tempo para a execução das ações de construção e pela dificuldade de acesso aos locais das obras para fiscalização.

Períodos de grande estiagem, quando não acompanhados de medidas administrativas dos governos federal e estadual no sentido de prover os recursos necessários à subsistência da população e a permanência nos seus locais de habitação, são capazes de agravar o problema da falta de habitações, em decorrência do êxodo rural da população rumo aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

A partir de 2011, com a maturação dos investimentos realizados no Projeto de Construção de Unidades Habitacionais no âmbito do Programa Operações Coletivas - Resolução 460 e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, da CAIXA; nos Projetos de construção de unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV 1, cujos recursos haviam sido repassados às instituições financeiras credenciadas pelo Governo Federal em 2009; bem como a curva ascendente das entregas de unidades habitacionais do Projeto Maranguapinho, esse último com entregas iniciadas em 2010, é que o Estado começa a registrar números mais expressivos em entregas de unidades habitacionais de interesse social e supera em 147,1% a meta de unidades de 2010 (**Tabela 4**).

Ainda que não se constituam resultado direto da execução da política habitacional do Estado, uma vez que foram alavancados a princípio pela necessidade de melhoria urbana e ambiental, a Secretaria das Cidades, além do Projeto Rio Maranguapinho (Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia), destacado no tópico 1.2., também vem empreendendo esforços no sentido da execução de outros dois importantes Projetos Especiais: Rio Cocó (Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga), que teve sua estruturação iniciada em 2008, e o Dendê (Fortaleza), cuja concepção foi iniciada em 2010.

O Projeto Cocó que, entre outras ações, prevê o remanejamento de 3.110 famílias, das quais 1.649 serão contempladas com unidades habitacionais, encontra-se em atividades preparatórias com elaboração de projetos e análises junto aos órgãos competentes. O Projeto Dendê, que prevê, entre outras ações, a construção de 1.152 unidades habitacionais encontra-se em atividades preparatórias.

Os projetos de construção de unidades habitacionais são de lenta maturação e o desafio no combate ao déficit habitacional quantitativo é complexo e envolve outros componentes, além da unidade habitacional. Requer um conjunto de elementos estruturais e integrados que se combinam e fornecem o suporte necessário à cidade, que desafiam a Secretaria das Cidades à articulação no sentido da incorporação desses componentes a exemplo de infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo e equipamentos para a prática de atividades de lazer e para a oferta de serviços públicos.

Registre-se, ainda, a dificuldade dos Municípios - parceiros fundamentais nesse processo, sem os quais não é possível o enfrentamento do problema – para levar a efeito a construção de unidades habitacionais.

De modo geral, as causas de entraves na execução dos projetos estão relacionadas à incapacidade financeira de algumas prefeituras municipais; às inconformidades do projeto executado com o plano de trabalho; às inadequações em prestações de contas dos recursos repassados pelo Estado, que podem ser de ordem técnica e/ou financeira; às instaurações de processos de tomadas de contas especiais; e às situações de inadimplência de municípios junto ao Cadastro de Inadimplentes do Estado – CADINE.

A demora na solução desses problemas impacta na execução dos projetos de construção de unidades habitacionais - que por si demandam um tempo razoável para maturação – bem como provocam a necessidade de alteração de planos de trabalho e, conseqüentemente, o atraso na conclusão das obras e na entrega dos produtos aos

beneficiários. Também pode ocorrer redução de metas em relação à quantidade pactuada nos instrumentos celebrados e, e em casos extremos, o cancelamento dos instrumentos jurídicos celebrados.

Todos esses fatores influenciam no desempenho do indicador de resultado “Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias”.

Não obstante as dificuldades que envolvem a produção de unidades habitacionais registrou-se no período de 2007-2013, no que se refere às entregas, uma expansão de 93,27%, conforme evidenciado na **Tabela 4**.

Figura 1. Evolução do Indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias, Ceará, 2007-2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

A evolução do indicador em 2009 refere-se à retomada dos investimentos, em virtude da produção oriunda do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Fortaleza, que incluía os Projetos no âmbito do Pro-Moradia, da CAIXA e dos Projetos de Construção de Unidades Habitacionais em parceria com os Municípios.

Em 2010 a piora deveu-se a frustração das entregas previstas de empreendimentos no âmbito do Projeto Maranguapinho, provocado pela retenção dos recursos federais em decorrência da Operação Gárgula, da Polícia Federal.

Também houve frustração, em 2010, no Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Regime de Mutirão, iniciativa do Estado em parceria com as Prefeituras Municipais oriunda do Leilão Habitacional realizado em 2009. A desistência dos municípios e as dificuldades de mobilização da população beneficiária para o trabalho foram alguns dos fatores que prejudicaram o desempenho do indicador.

Em 2011 o crescimento do indicador foi impulsionado pela maturação dos investimentos do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio do Programa Carta de Crédito - Operações Coletivas (Resolução 460) e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, ambos da CAIXA, executado em parceria com Municípios e a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares – COOPERHAF, e pelo Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio PMCMV 1.

Em 2012, o valor do indicador foi decorrente da mobilização necessária às atividades de planejamento e elaboração dos normativos referentes ao processo de aporte de recursos ao PMCMV e do intenso trabalho de articulação junto às partes envolvidas na viabilização da operação desse Programa.

Em 2013, muitas das obras que estavam em andamento, contratadas em anos anteriores, foram entregues.

1.2. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico

O resultado estratégico “Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequada” recebe influência direta do produto Unidade Habitacional. A seguir é apresentado o desempenho desse produto em 2013 nos diversos projetos.

1.3. Produto Unidade Habitacional (2013)

1.4. Projetos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV 1

Em 2013 foram entregues 449 unidades habitacionais remanescentes das 4.181 unidades habitacionais previstas para todo o projeto, o que representa 10,74% da meta programada para o projeto.

1.5. Projeto Maranguapinho

Em relação ao Projeto Rio Maranguapinho, foi dada continuidade na execução das obras dos Residenciais, porém não foi possível entregar nenhuma unidade habitacional, contrariando a meta prevista para o ano. Os principais motivos foram a necessidade de replanejamento nas planilhas orçamentárias dos contratos, visando a aprovação junto à Caixa, o que levou a paralisação das obras, e a desistência da Construtora quanto a execução do Residencial Eleazar de Carvalho, sendo necessário realizar nova licitação, e demora na expedição dos Alvarás de Construção.

1.6. Projetos no âmbito das Operações Coletivas e PSH

Em 2013 foram entregues 668 unidades habitacionais. O projeto Habitacional - Resolução 460 e PSH foi impactado pela lentidão e atraso na prestação de contas por parte dos municípios conveniados, ocasionando demora nos repasses dos recursos e em alguns casos, refletindo em Tomadas de Contas Especial.

1.7. Projeto em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão (Leilão)

Foram entregues 613 unidades habitacionais. O projeto Regime de Mutirão teve sua execução afetada inicialmente pela morosidade das prefeituras municipais em apresentarem a documentação exigida para a formalização dos convênios e para repasse dos recursos. Desde então, alguns municípios desistiram da parceria com a justificativa de não disporem de recursos financeiros para fazerem frente à contrapartida pactuada no Leilão Habitacional. Este problema tem consequência direta na execução física e financeira, ocasionando a redução das metas antes previstas.

O Resultado Estratégico “Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas” também é influenciado pelos produtos unidades sanitárias domiciliares (USDs), fogões ecoeficientes e reformas em unidades habitacionais.

Os produtos Fogões Ecoeficientes e Reformas, assim como as Unidades Sanitárias Domiciliares, apesar de não possuírem indicadores que apontem a contribuição no sentido da expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas são melhorias habitacionais e uma vez que contribuem no aspecto qualitativo da habitação são incluídos nessa análise.

1.8. Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2013)

Em 2013 não foi registrada execução física para o produto unidades sanitárias domiciliares. O Projeto que anteriormente era conhecido como kits sanitários havia sido suspenso em 2011 por determinação do Tribunal de Contas do Estado – TCE, pela necessidade de apuração de denúncias de irregularidades na execução de alguns projetos.

A estratégia de execução foi reformulada pela Secretaria das Cidades que lançou, em 2012, Edital de Concorrência Pública com a finalidade de contratar empresa especializada para a execução das obras de construção de unidades sanitárias domiciliares, cujo processo licitatório foi revogado pela necessidade de redesenho dos fluxos e implantação do mesmo.

1.9. Produto Fogões Ecoeficientes (2013)

Em relação à iniciativa Melhorias Habitacionais de Interesse Social - Fogão Sustentável, em 2012 estava prevista a entrega de 2.500 fogões, mas nenhuma unidade foi entregue, e em 2013 foram entregues 600 fogões, 8,57% do previsto, beneficiando aproximadamente 2.490 pessoas. A reestruturação desse Projeto, que exigiu a reorganização das demandas dos beneficiários, do próprio projeto e de sua operacionalização, foi a razão pela qual a meta não foi atingida.

1.10. Produto Reformas (2013)

Em 2013 foram executadas 150 reformas em unidades habitacionais, o que correspondeu 7,5% da meta de 2.000 reformas prevista para o ano.

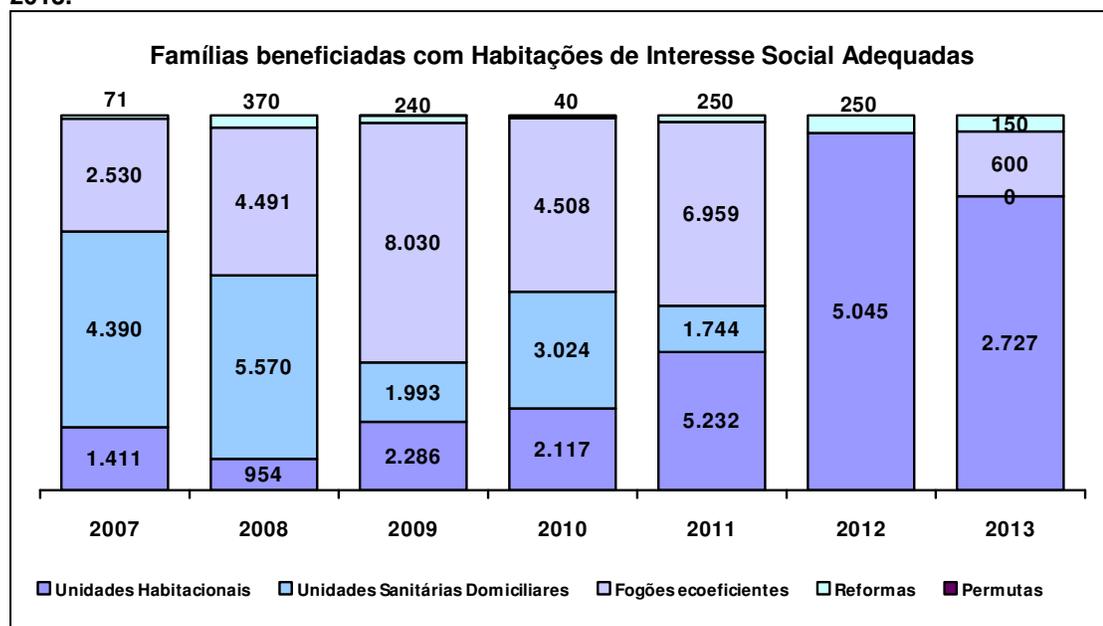
O Projeto piloto tem o objetivo de recuperar imóveis inadequados para uso residencial. É executado por meio da entidade CAC. São investidos até R\$ 2mil por família, a qual é responsável pela disponibilização da mão-de-obra necessária. A Secretaria das Cidades realiza pelo menos 3 visitas em cada unidade com o objetivo de elaborar o cadastro técnico social, realizar o registro fotográfico anterior à obra e acompanhamento da execução, e, ao final, elaborar o atesto da execução e efetuar o registro fotográfico posterior a realização da obra de reforma.

Tabela 5. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2013.

Produto	Exercício							TOTAL
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Unidades Habitacionais	1.411	954	2.286	2.117	5.232	5.045	2.727	19.772
Unidades Sanitárias Domiciliares	4.390	5.570	1.993	3.024	1.744	0	0	16.721
Fogões Ecoeficientes	2.530	4.491	8.030	4.508	6.959	0	600	27.118
Reformas	71	370	240	40	250	250	150	1.371
Permutas	-	-	11	27	0	0	0	38
TOTAL	8.402	11.385	12.560	9.716	14.185	5.295	3.477	61.543

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Figura 2. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Ainda na busca do resultado de expansão da oferta de moradias destaque-se a relevância do trabalho social como um importante instrumento para a sustentabilidade dos investimentos que objetiva o desenvolvimento dos cidadãos beneficiários dos projetos, registrando nesse período a capacitação de 12.450 pessoas nos projetos de habitação. No Projeto Rio Maranguapinho 8.794 pessoas foram capacitadas.

Em 2013 foi realizado o pagamento de 433 indenizações de benfeitorias, no âmbito do Projeto Maranguapinho e 55 no Projeto Cocó.

2. RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Tabela 6. Indicadores do Resultado Estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2007-2013.

Indicador	Exercício						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água	97,80%	97,66%	97,94%	98,29%	98,43%	98,48%	98,56%
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água	96,14%	96,40%	96,66%	96,98%	97,07%	97,27%	97,43%
População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	50,56%	51,43%	52,21%	53,60%	53,45%	53,71%	54,74%
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	19,56%	20,42%	21,18%	22,78%	22,84%	24,28%	25,04%

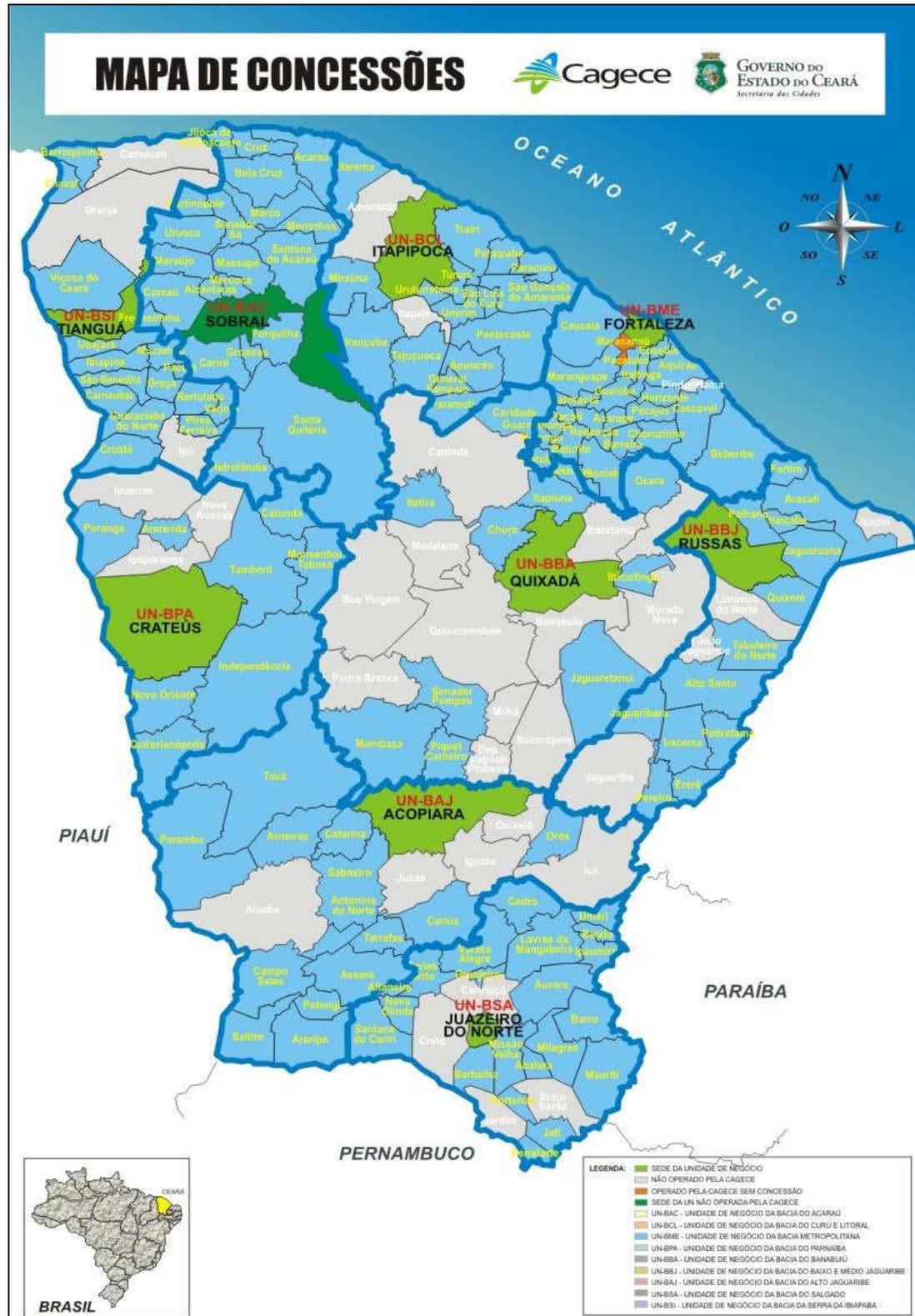
Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

O resultado estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário é medido por quatro indicadores: População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água; População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água; População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário; e População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário.

Esses indicadores representam o esforço do trabalho realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. No período analisado (2007-2013) a Cagece passou de 149 concessões para 150 concessões (Mapa 5).

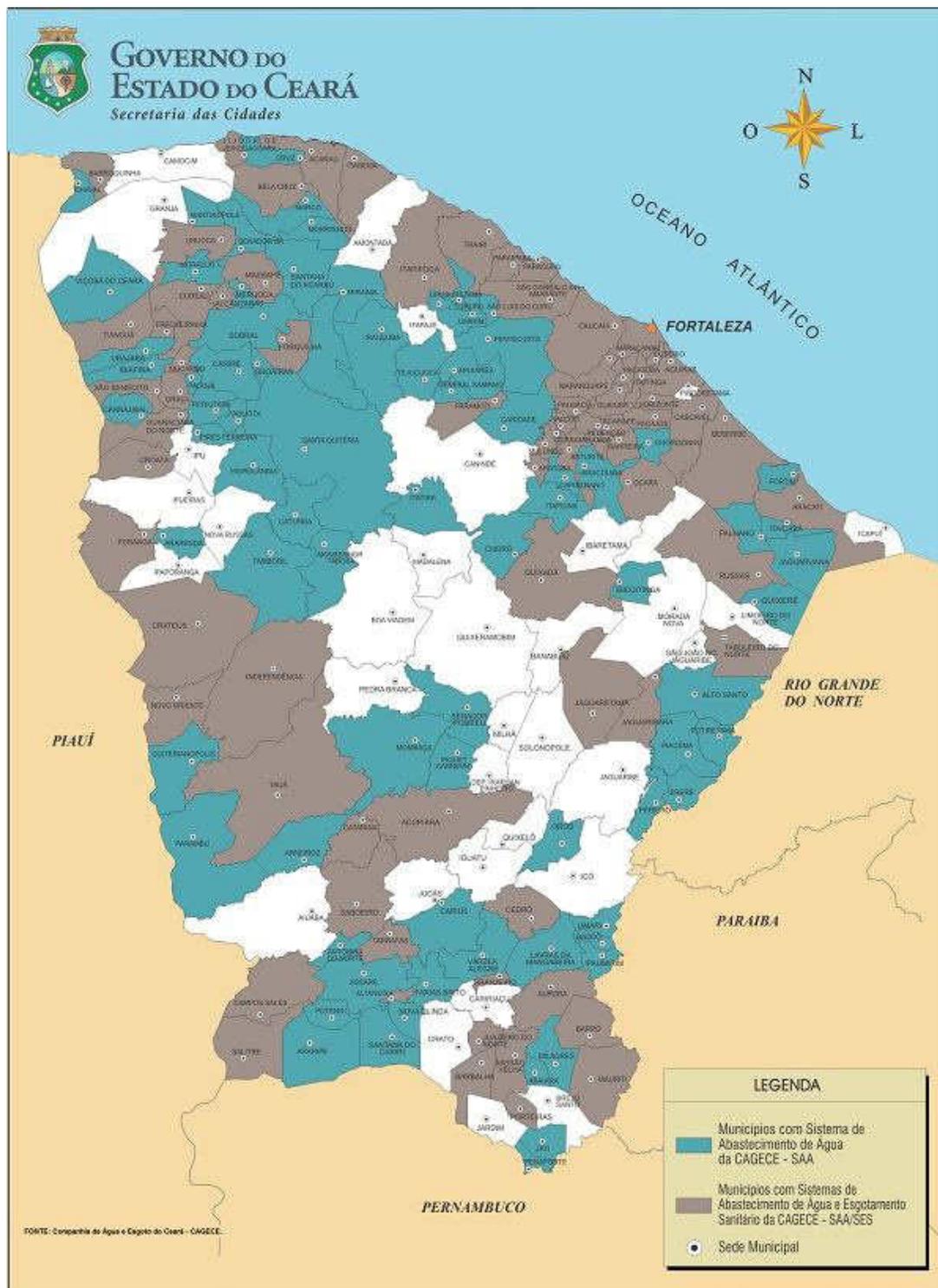
Em 150 municípios a Companhia opera serviços de abastecimento de água e em 73 municípios opera serviços de esgotamento sanitário (Mapa 6).

Mapa 5. Municípios Operados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Ceará, 2013.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Mapa 6. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Operados pela CAGECE, Ceará, 2013.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.1. Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2013)

O indicador População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água - RDA¹ se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área por onde passa a rede de distribuição do Sistema de Abastecimento de Água - SAA operado exclusivamente pela CAGECE. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Água - ICA.

As ações realizadas no período 2007-2013 incluíram 169.676 consumidores cobertos, residentes em localidades servidas por SAA situado em logradouro provido de RDA, cuja ligação encontra-se nas situações de Ativo, Inativo ou Factível².

É importante ressaltar que a distribuição de água considera o crescimento populacional de Fortaleza, estimado pelo IBGE em 1,34% ao ano, bem como a dinâmica do movimento dessa população.

O indicador é efetivo na explicação da cobertura da população de Fortaleza com rede de distribuição de água. Sua evolução demonstra-se satisfatória em função da cobertura ser elevada, mantendo-se próxima à universalização do serviço.

Os principais investimentos do período em análise (2007-2013) são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no qual destacam-se as obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza nos bairros Barroso, Mata Galinha, Castelão, Dias Macêdo, Aerolândia, Alto da Balança, e São João do Tauape, bem como a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza – Setor Messejana.

No âmbito do Programa Saneamento para Todos destaca-se a Ampliação do Macrossistema de Fortaleza nos bairros Parque São José, Manoel Sátiro e Vila Peri. E no Programa Saneamento para Todos II, ressalte-se a Obra de Construção da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste da RMF – ETA Oeste.

¹ Rede de Distribuição é um conjunto de tubulações e de suas partes acessórias destinado a colocar a água a ser distribuída a disposição dos consumidores, de forma contínua e em pontos tão próximos quanto possível de suas necessidades.

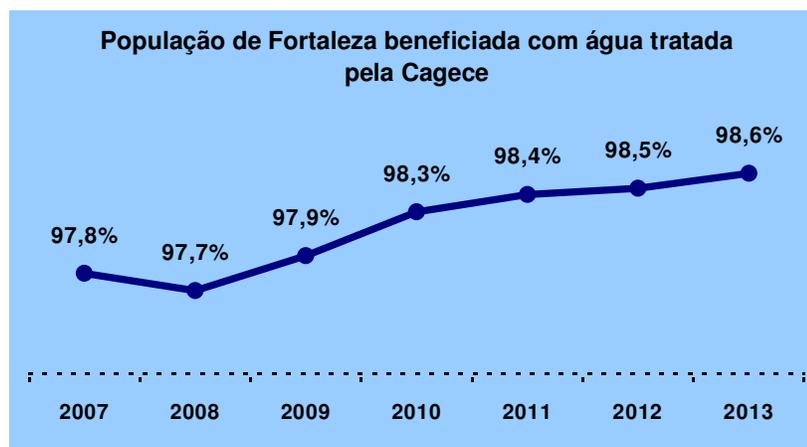
² Ativo: ligação predial conectada a RDA utilizando SAA ou SES.

Inativo: ligação conectada a RDA que por motivo de inadimplência, solicitação ou infração, o consumidor não utiliza o SAA.

Factível: ligação de uma localidade servida por SAA situada em logradouro provido de RDA com imóvel não interligado à rede.

O município de Fortaleza é provido de água tratada por meio de duas Estações de Tratamento de Água, a Estação de Tratamento de Água do Gavião (ETA Gavião), que também atende aos municípios de Caucaia, Eusébio, Maracanaú e o distrito de Pedras (Itaitinga), e pela Estação de Tratamento de Água Oeste (ETA Oeste), que também atende o município de Caucaia. Do total de água tratada em 2013 pela ETA do Gavião e pela ETA Oeste, cerca de 81% do volume produzido comercialmente, correspondente a 197 milhões de metros cúbicos de água, foi destinado ao município de Fortaleza.

Figura 3. Evolução do Indicador População Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Fortaleza–Ce, 2007-2013.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.2. Análise do Indicador de Resultado: População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2013)

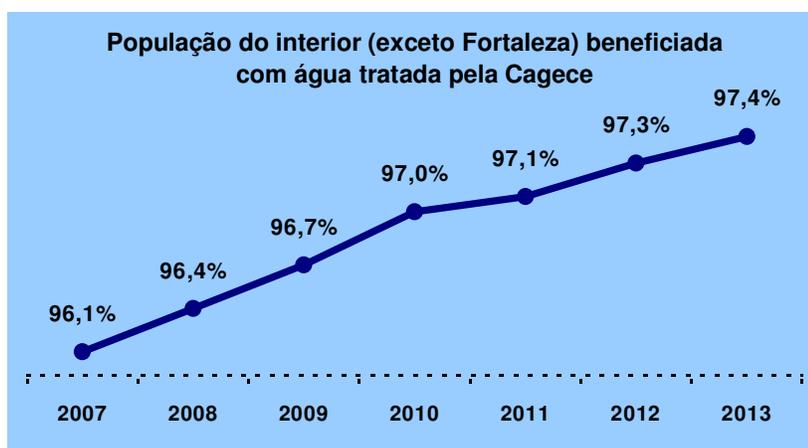
O indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água se refere ao percentual da população que reside nas áreas urbanas de 148 municípios do interior, nos quais a Cagece detém a concessão do serviço de abastecimento de água, e do município de Maracanaú onde a Companhia opera sem concessão, totalizando 149 municípios, especificamente nas áreas por onde passa a rede de distribuição.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede de distribuição de água, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior (**Mapa 7**); não atua em todas as localidades da área urbana onde é concessionária dos serviços de abastecimento de água; e existem localidades atendidas pela Companhia que pertencem a zona rural.

No período analisado, observou-se um incremento de 16 localidades, passando de 250 localidades (em 2007) para 266 localidades (em 2013). As ações realizadas incluíram 245.131 consumidores cobertos.

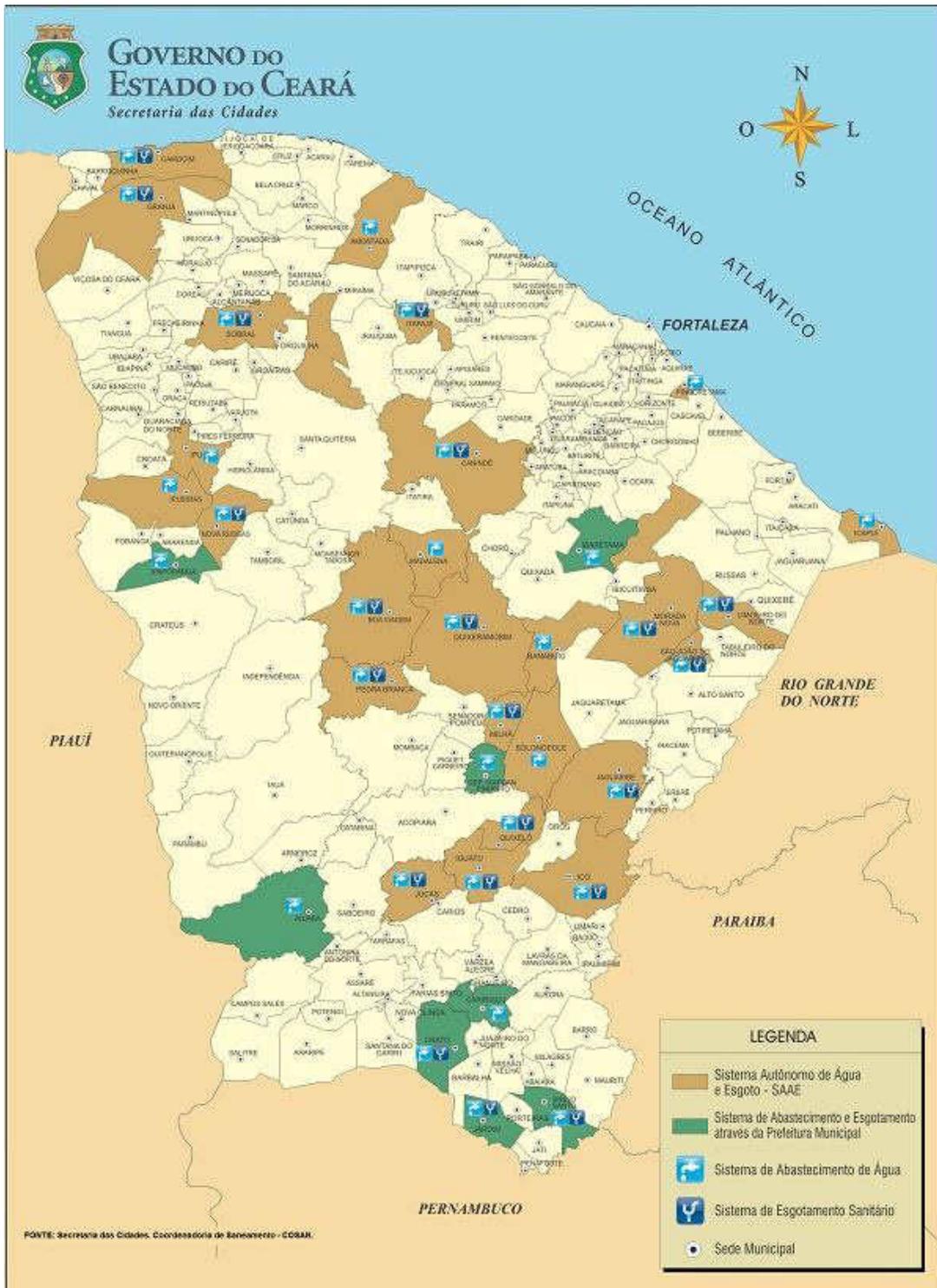
Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC FGTS – 50 a 150 mil habitantes, com destaque para o Projeto de Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Tianguá; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Russas; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Crateús, Ampliação do Sistema de Abastecimento de Tauá e Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Itapipoca. Foi ainda dado início à Ampliação do Sistema de Abastecimento de Umari e Ampliação da Adutora de Cascavel.

Figura 4. Evolução do Indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Ceará, 2007-2013.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Mapa 7. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Não Operados pela CAGECE, Ceará, 2013



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – COSAN.

2.3. Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos

Os Resultados Estratégicos “População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água” e “População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água” refletem as ações da Companhia no sentido da implantação e ampliação das redes de distribuição de água, das quais fazem parte o Produto “Ligação Domiciliar de Água Realizada”, analisado a seguir.

A efetividade da utilização do serviço pelos consumidores é medida pelo Produto “Ligação Domiciliar de Água Efetivada” analisado também, adiante.

2.3.1. Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2013)

O produto “Ligação Domiciliar de Água Realizada” se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, por meio da expansão das redes de distribuição, nas áreas dos 150 municípios onde a Companhia é concessionária desse serviço público. O desempenho desse produto é medido pelo indicador “Número de Ligações Domiciliares de Água Realizadas”.

No ano de 2013 as ações desenvolvidas pela Cagece possibilitaram um incremento de 70.865 ligações domiciliares de água no Estado – 26.877 para Fortaleza e 43.988 para o Interior, realizando 117,3% da meta programada de 60.433 ligações - 20.394 para Fortaleza e 40.039 para o Interior (CE exceto Fortaleza). Foram beneficiados aproximadamente 99.870 habitantes no Estado.

Destacou-se, em 2013, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (26.877 ligações), Caucaia (3.176 ligações), Juazeiro do Norte (2.895 ligações) e Horizonte (1.906 ligações).

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto foram a execução de obras realizadas no âmbito do PAC, a realização de programas em parceria com prefeituras municipais e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

2.3.2. Produto Ligação Domiciliar de Água Efetivada (2013)

O produto “Ligação Domiciliar de Água Efetivada” se refere às ligações ativas e com faturamento regular entre os domicílios e a rede de distribuição de água da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, em 2013, em áreas dos 150 municípios onde a empresa é concessionária desse serviço público. O desempenho do produto é medido pelo indicador de produto “Número de Ligações Domiciliares de Água Efetivadas”.

No ano de 2013 foram efetivadas 56.225 ligações de água – 16.284 para Fortaleza e 39.941 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 91,3% da meta programada de 61.582 ligações. Foram beneficiados aproximadamente 73.850 habitantes no Estado.

Destacou-se, em 2013, o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (16.284), Caucaia (4.454 ligações) e Maracanaú (3.830 ligações).

O principal fator que influenciou no desempenho do produto foi a forte demanda proveniente dos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

2.4. Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2013)

O indicador População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área por onde passa a Rede Coletora de Esgoto – RCE³ do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES operado exclusivamente pela CAGECE. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Esgoto - ICE.

As ações realizadas no período incluíram 115.097 consumidores cobertos, residentes em localidades servidas por SES situado em logradouro provido de RCE, cuja ligação encontra-se nas situações de Ativo, Inativo ou Factível.

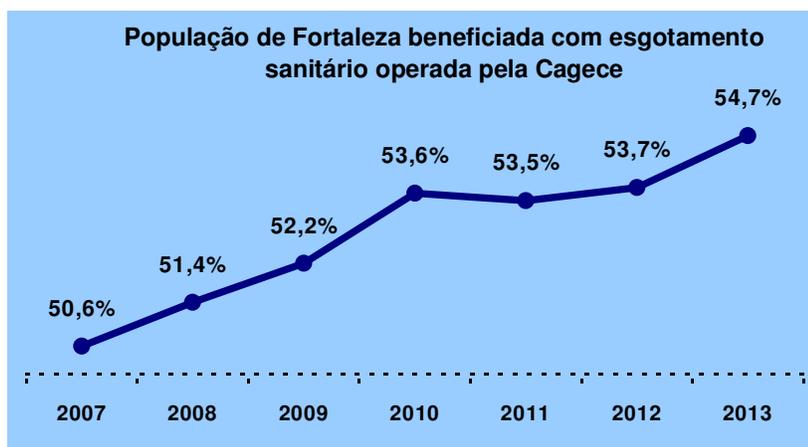
Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa SANEAR II, com destaque para as obras de Implantação do Macro Sistema do SES em Fortaleza (Cocó/Interceptor); do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com destaque para as obras, em Fortaleza, referentes à Ampliação do SES da BACIA Cocó Margem Esquerda

³ Rede Coletora: conjunto de condutos e órgãos acessórios destinados à coleta e remoção dos despejos gerados nas edificações, através dos coletores ou ramais prediais

(CE-4), a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Direita (CD-3), Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Esquerda (CE-6), Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-8) e a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Esquerda (CE-5); e do Programa PAC Orçamento Geral da União - OGU/SANEAR II, com destaque para as obras referentes à Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Esquerda (SE-2), a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-6) e a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-7), também em Fortaleza. Através de Convênio com o Governo Estadual, foi dado início à Recuperação do Interceptor Oeste de Fortaleza.

Em Fortaleza, o Código de Obras e Posturas do Município - Lei Nº 5.530, de 17/12/1981, em seu Art. 642 estabelece que “nas vias onde existir rede pública de esgotos sanitários, todas as edificações deverão obrigatoriamente lançar seus dejetos na rede pública”.

Figura 5. Evolução do Indicador População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Coletora de Esgoto Sanitário operada pela CAGECE, Ceará, 2007-2013.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.5. Análise do Indicador de Resultado: População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2013)

O indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população que reside nas áreas urbanas de 148 municípios do interior, nos quais a Cagece detém a concessão do serviço de abastecimento de água, e do município de Maracanaú onde a Companhia opera sem concessão, totalizando 149 municípios, especificamente nas áreas por onde passa a rede coletora. Ressalte-se que desses 149 municípios do interior somente 72 possuem rede coletora de esgoto sanitário.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede coletora de esgoto sanitário, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior (CE exceto Fortaleza) (**Mapa 7**), não possui rede coletora de esgoto sanitário em todos os municípios onde detém a concessão, e não atua em todas as localidades da área urbana onde é concessionária dos serviços de esgotamento sanitário.

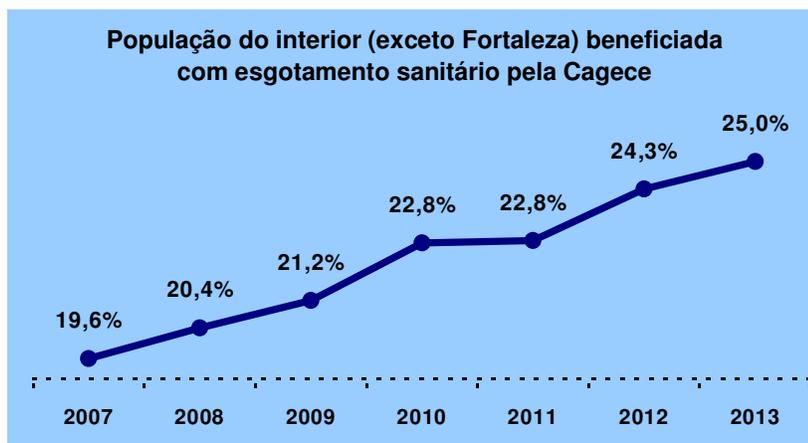
No período 2007-2013 observou-se um incremento de 18 localidades, passando de 63 localidades em 2007 para 81 localidades em 2013. As ações realizadas no período possibilitaram a inclusão de 105.452 consumidores cobertos.

Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa PAC OGU/SANEAR II, com destaque para a obra de Implantação do SES em Maranguape; do Programa PAC MC/SANEAR II, com as obras de Implantação do SES em Quixadá, da Implantação do SES em Crateús e da Implantação do SES em Aracati; do Programa SANEAR II, com destaque para a obra de Ampliação do SES de Maranguape; e do Programa PAC 50 a 150 mil habitantes – Ministério das Cidades, com a obra de Ampliação do SES de Tianguá, na localidade de Palmeira Comprida.

Além dos programas acima descritos, se destacam ações no sentido da ampliação da cobertura com esgotamento sanitário do Interior, com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, com destaque para a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede de Horizonte – 2ª etapa; Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Itaitinga; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Viçosa do Ceará; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tauá – 2ª e 3ª Etapas; e do Programa KFW II, com a Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Comunidades Rurais.

Ressalte-se que a decisão de ligar o domicílio a rede de esgotamento sanitário é de cada cidadão. Por desconhecimento das vantagens individuais e coletivas de adesão ao serviço, ou por não possuir renda para pagamento das tarifas cobradas, parte significativa da população ainda opta por soluções individuais, tais como o uso de fossas sépticas ou outras formas de despejo dos dejetos.

Figura 6. Evolução do Indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário operada pela CAGECE, Ceará, 2007-2013.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.6. Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos

Os Resultados Estratégicos População de Fortaleza beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário e População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário refletem as ações da Companhia no sentido da implantação das redes coletoras de esgoto, das quais faz parte o Produto “Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada”, analisado a seguir.

A efetividade da utilização do serviço pelos consumidores é medida pelo Produto “Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada” analisado também, adiante.

2.6.1. Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2013)

O produto “ligação domiciliar de esgoto realizada” se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece por meio da expansão e implantação das redes coletoras de esgoto sanitário, em áreas dos 150 municípios onde a empresa é concessionária desse serviço público. O desempenho desse produto é medido pelo indicador “número de ligações domiciliares de esgoto realizadas”.

No exercício de 2013 as ações desenvolvidas pela Cagece possibilitaram um incremento de 39.866 ligações domiciliares de esgoto – 22.407 em Fortaleza e 17.459 ligações no Interior (CE exceto Fortaleza), executando 126,7% da meta de 31.466 ligações programadas para o ano - 11.434 em Fortaleza e 20.032 ligações no Interior. Foram beneficiados aproximadamente 77.392 habitantes.

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada foram a execução de obras no âmbito do PAC e do SANEAR II, a realização do Programa Parceria com prefeituras municipais e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

Destacou-se, em 2013, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (22.407 ligações), Aracati (6.341 ligações), Crateús (2.182 ligações) e Bela Cruz (1.072 ligações).

2.6.2. Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada (2013)

O produto **ligação domiciliar de esgoto efetivada** se refere às ligações ativas e com faturamento regular, entre os domicílios e a rede coletora da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece nas áreas dos 149 municípios onde a empresa é concessionária desse serviço público. O desempenho desse produto é medido pelo indicador **número de ligações domiciliares de esgoto efetivadas**.

Em 2013 foram efetivadas 19.801 ligações de esgoto – 9.967 para Fortaleza e 9.834 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 94,8% da meta de 20.895 ligações programadas para o ano. Foram beneficiados aproximadamente 35.158 habitantes.

Destaca-se o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (9.967 ligações), Caucaia (1.841 ligações) e Maracanaú (351 ligações).

O principal fator que influenciou no desempenho do produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada foram as obras entregues do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Em 2012, a Secretaria das Cidades registra, com base nas informações fornecidas pela Cagece, Prefeituras Municipais e Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAEs, um índice de cobertura de água de 81,7% da população total (urbana + rural), que beneficiou 6.631.499 habitantes naquele exercício, e um índice de cobertura de esgoto de 27,8% da população total (urbana + rural) do Estado do Ceará, que beneficiou 2.256.573 habitantes.

Os índices de cobertura de água e esgoto (urbana + rural) da população total do Estado referentes ao exercício de 2013 encontram-se em elaboração pela Coordenadoria de Saneamento – COSAN, da Secretaria das Cidades.

3. RESULTADO 3 – MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES

Tabela 7. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões, Ceará, 2007-2013.

Indicador	Exercício						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana	0	70	68	113	96	74	71
População urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	95,0%	96,2%	94,4%	94,4%	96,3%	91,4%	92,7%
População urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	5,9%	6,1%	6,4%	6,4%	6,9%	6,1%	7,1%

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT, Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central – UGP I e Coordenadoria de Saneamento - COSAN.

O resultado estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões é medido por meio de três indicadores: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana; População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos e População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos.

O primeiro indicador refere-se às ações do Programa Desenvolvimento Urbano que tratam da execução de obras urbanas de iniciativa das Prefeituras ou do Governo do Estado, e a às ações do Programa Desenvolvimento Regional no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional - Cidades do Ceará – Cariri Central, voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana dos municípios daquela região.

Os demais indicadores referem-se à ação de expansão e modernização da infraestrutura para destinação adequada de resíduos sólidos, executada por meio do Programa Saneamento Ambiental e do Programa Desenvolvimento Regional, esse último também em ações do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

Esses indicadores não refletem as atividades do Programa de Saneamento Ambiental, tendo em vista que as ações de operação dos aterros sanitários são executadas pelos municípios. Entendemos que o Programa de Desenvolvimento Regional também não tem ações que reflitam nesses indicadores.

3.1. Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (2007-2013)

O indicador “Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana” se refere ao número de municípios do Estado do Ceará beneficiados, no ano, com a conclusão de obras urbanas que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes bem como para a atração de investimentos.

O indicador não é efetivo na explicação do resultado Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. É importante entender que o conceito de estruturas urbanas é bem mais amplo e extrapola a competência da Secretaria das Cidades. Estruturas urbanas incluem conjunto de edificações, a malha viária, as redes e equipamentos de infraestrutura e os serviços urbanos e sociais de uma cidade.

Pela necessidade de adaptação às constantes mudanças, a estrutura urbana está sempre em contínua alteração. Também está sujeita ao processo de obsolescência por força do desgaste das estruturas físicas que a compõem, pela depredação dos espaços públicos em decorrência de atos de vandalismo, bem como pela renovação com a produção e substituição de elementos no espaço urbano.

Nesse contexto o planejamento urbano, que foca na organização e no desenho de assentamentos humanos, é essencial para a melhoria da estrutura urbana das cidades.

Devem ser observados pelos planejadores os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano, mais do que a configuração desses espaços. E, nesse sentido os Planos Diretores são instrumentos adequados para indicar os rumos do desenvolvimento urbano nos municípios.

Para otimizar a aplicação dos recursos do Estado no sentido da melhoria desse resultado estratégico setorial, o Governo pode liderar junto a municípios, entidades e outras partes interessadas a concepção de um sistema de informações que reúna uma base de dados por meio da qual seja possível aperfeiçoar a formulação de políticas públicas para as cidades.

O desempenho do indicador Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana está diretamente relacionado ao desempenho dos Municípios. As Prefeituras apresentam ao Estado, ao longo do exercício, as demandas por obras de estruturação e requalificação urbana.

Essas demandas são executadas com recursos decorrentes de emendas parlamentares ao orçamento do Programa Desenvolvimento Urbano, oriundas do Programa de Cooperação Federativa – PCF, formalizadas mediante termos de ajuste, ou, ainda, por meio de demandas de Prefeituras Municipais encaminhadas diretamente a Secretaria das Cidades, formalizadas mediante convênios.

As Prefeituras também alocam recursos nos orçamentos municipais tendo em vista possibilitar a contrapartida dos projetos para a execução das obras necessárias a melhoria da estrutura urbana das cidades.

A atuação dos Municípios é fundamental para o desempenho do indicador, uma vez que seu papel vai desde a apresentação das demandas, dos projetos executivos e da documentação necessária a celebração dos instrumentos; da realização dos processos licitatórios; da fiscalização das obras; da boa e regular aplicação dos recursos próprios e dos recursos repassados pelo Estado em conformidade com os cronogramas de desembolso pactuados; e da tempestiva apresentação das solicitações de prorrogação de prazo, quando necessário.

Um importante fator durante a vigência dos instrumentos celebrados (convênios ou termos de ajuste) é a comprovação da situação de regularidade cadastral do Município, bem como a comprovação de regularidade da aplicação dos recursos nas prestações de contas apresentadas, o que contribui para uma boa execução dos projetos.

No período 2007-2013, os 1.287 instrumentos (convênios, termos de ajuste e contratos) celebrados no âmbito do Programa Desenvolvimento Urbano (PPA 2012-2015), do Programa Estruturação e Requalificação Urbana (PPA 2008-2012) e no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional por meio do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional Cidades do Ceará - Cariri Central possibilitaram a execução de 1.149 obras urbanas, em 171 municípios.

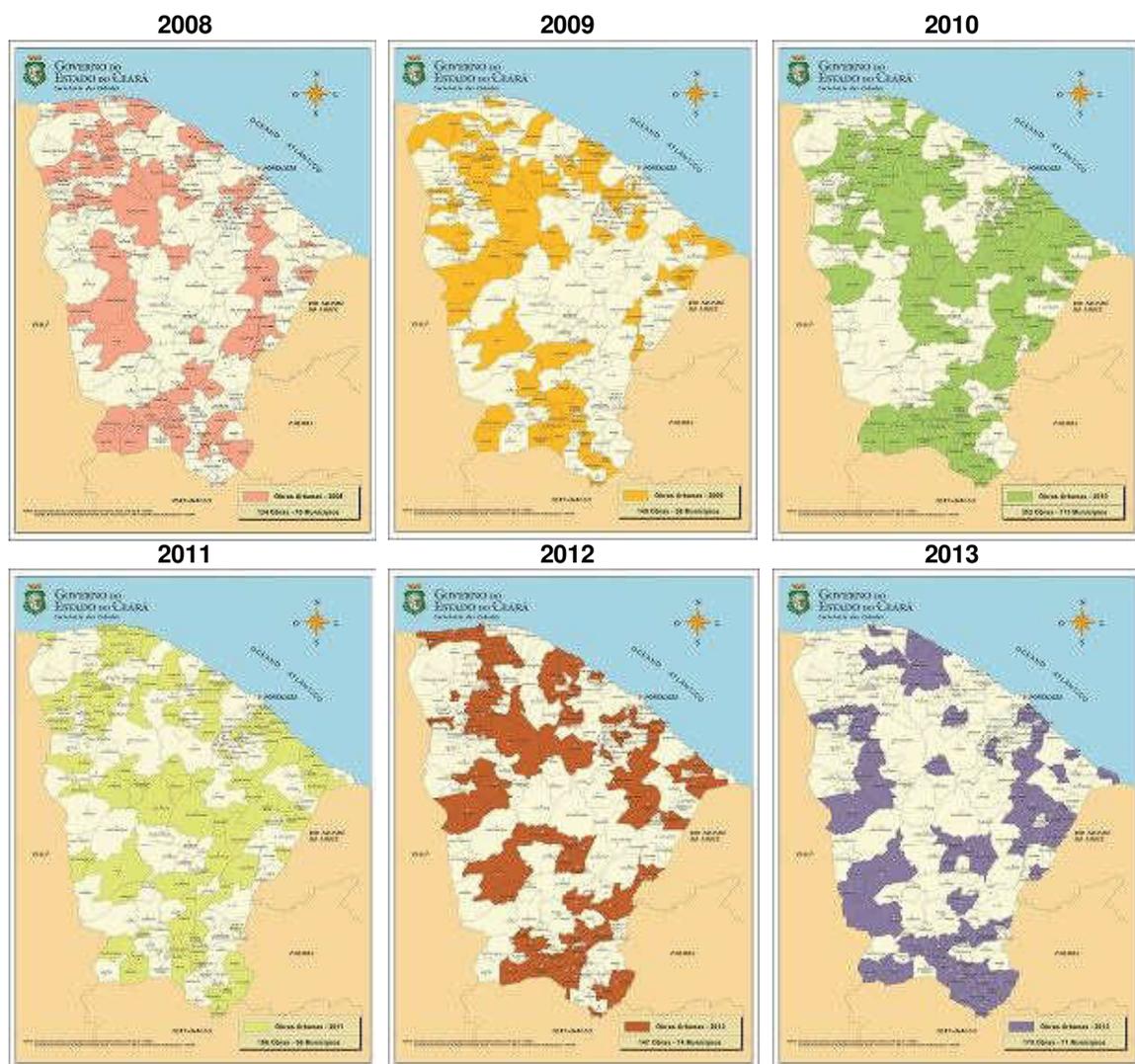
Tabela 8. Quantidade de Obras Urbanas e Municípios Beneficiados (exceto Fortaleza), Secretaria das Cidades, 2007-2013.

Discriminação	Exercício							Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Obras Urbanas Entregues	0	134	149	353	196	147	170	1.149
Municípios Beneficiados	0	70	68	113	96	74	71	171
Instrumentos celebrados*	70	169	250	443	44	275	36	1.287

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará (Cariri Central) – UGP I.

*Convênios, Termos de Ajuste e Contratos.

Mapa 8. Distribuição geográfica das obras urbanas por município, Ceará, 2008-2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

Pelo Mapa 8, observa-se a distribuição geográfica das obras urbanas realizadas desde 2008 até 2013.

No ano de 2008 foram realizadas 134 obras urbanas em 70 municípios. De uma forma geral, as obras foram mais concentradas em municípios da Região Norte, Sertão dos Inhamuns, Cariri e Jaguaribe.

Em 2009 foram concluídas mais obras urbanas, num total de 149 obras. No entanto, foi beneficiado um número menor de municípios, 58 no total. Novamente, as obras se concentraram na Região Norte e Sertão dos Inhamuns, Cariri e Jaguaribe/litoral leste.

No ano seguinte, 2010, houve uma maior expansão no quantitativo de obras (353 obras), municípios beneficiados (113 municípios) e regiões geográficas beneficiadas. Foram realizadas obras na Região Norte, Sertão central, Região Metropolitana de Fortaleza, Maciço de Baturité, Litoral Leste e quase toda Região do Cariri.

Em 2011 foram realizadas 196 obras em 96 municípios. As regiões beneficiadas foram a Região Norte, Litoral (leste e oeste), Sertão Central, Vale do Jaguaribe e algumas cidades do Cariri. Vale ressaltar que neste ano foram incluídas as primeiras obras do Projeto Cidades do Ceará/Cariri Central.

As obras urbanas concluídas no ano de 2012 ocorrem de forma dispersa, geograficamente, havendo concentração apenas na Região Centro-Sul. Neste ano, foram realizadas 147 obras em 74 municípios.

3.1.1. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico

3.1.1.1. Produto Obra Urbana Implantada (2013)

O produto obra urbana implantada influencia diretamente o Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões.

Em 2013 foram entregues 170 obras urbanas em 71 municípios do Estado, das quais 161 obras por meio do Programa Desenvolvimento Urbano e 9 obras por meio do Programa Desenvolvimento Regional no âmbito do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

Foram executadas obras de pavimentação (92), com um total de 622.164,31 m²; praças públicas / parques urbanos (46), dos quais 28 construídos e 18 reformados; prédios públicos (16), dos quais 11 construídos e 5 reformados; obras de urbanização (10); drenagem (4) e urbanização de margem de recursos hídricos (2).

Tabela 9. Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza), Ceará, 2013.

Tipo		Quantidade	Municípios	Total (m ²)
Pavimentação	Asfalto	2	2	56.171,32
	Paralelo	15	15	93.364,09
	Pedra Tosca	75	41	472.628,90
	Piçarra	0	0	0,00
	Total	92	55	622.164,31
Praças Públicas/ Parques Urbanos	Reforma	18	8	34.413,00
	Construção	28	17	41.894,71
	Total	46	24	76.307,71
Prédio Público	Reforma	5	5	5.792,50
	Construção	11	8	14.956,35
	Total	16	10	20.748,85
Margem de Recursos Hídricos Urbanizada		2	2	2.783,98
Obras urbanas		10	9	36.379,81
Drenagem		4	4	2.993,23*
Total		170	71	758.384,66

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.
* metro linear.

Obsevando a distribuição geográfica dos municípios beneficiados (Mapa 8), houve uma concentração nos municípios da Região do Vale do Jaguaribe e Centro-Sul do Estado.

Das obras urbanas concluídas em 2013, 26 foram oriundas da celebração de convênios (Mapp), 135 provenientes de termos de ajuste (PCF) de demandas do Programa de Cooperação Federativa – PCF e 9 provenientes de contratos celebrados no âmbito do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

Nas figuras 7 a 12 estão registradas algumas imagens de obras urbanas realizadas no ano de 2013, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

Na Mapa 9 foi apresentada a relação dos municípios beneficiados com obras urbanas no período de 2008-2013. Dos 183 municípios do Ceará (excluindo Fortaleza), foram realizadas obras em 171 municípios.

Figura 7. Pavimentação no município de Barbalha, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Unidade de Gerenciamento de Projetos Cidades – Cariri Central

Figura 8. Construção e reforma de praças no município de Farias Brito, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Unidade de Gerenciamento de Projetos Cidades – Cariri Central

Figura 9. Reforma da Praça do Socorro no município de Juazeiro do Norte, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Unidade de Gerenciamento de Projetos Cidades – Cariri Central

Figura 10. Reforma da Praça do Socorro no município de Juazeiro do Norte, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Unidade de Gerenciamento de Projetos Cidades – Cariri Central

Figura 11. Pavimentação em pedra tosca no município de Ibicuitinga, 2013.



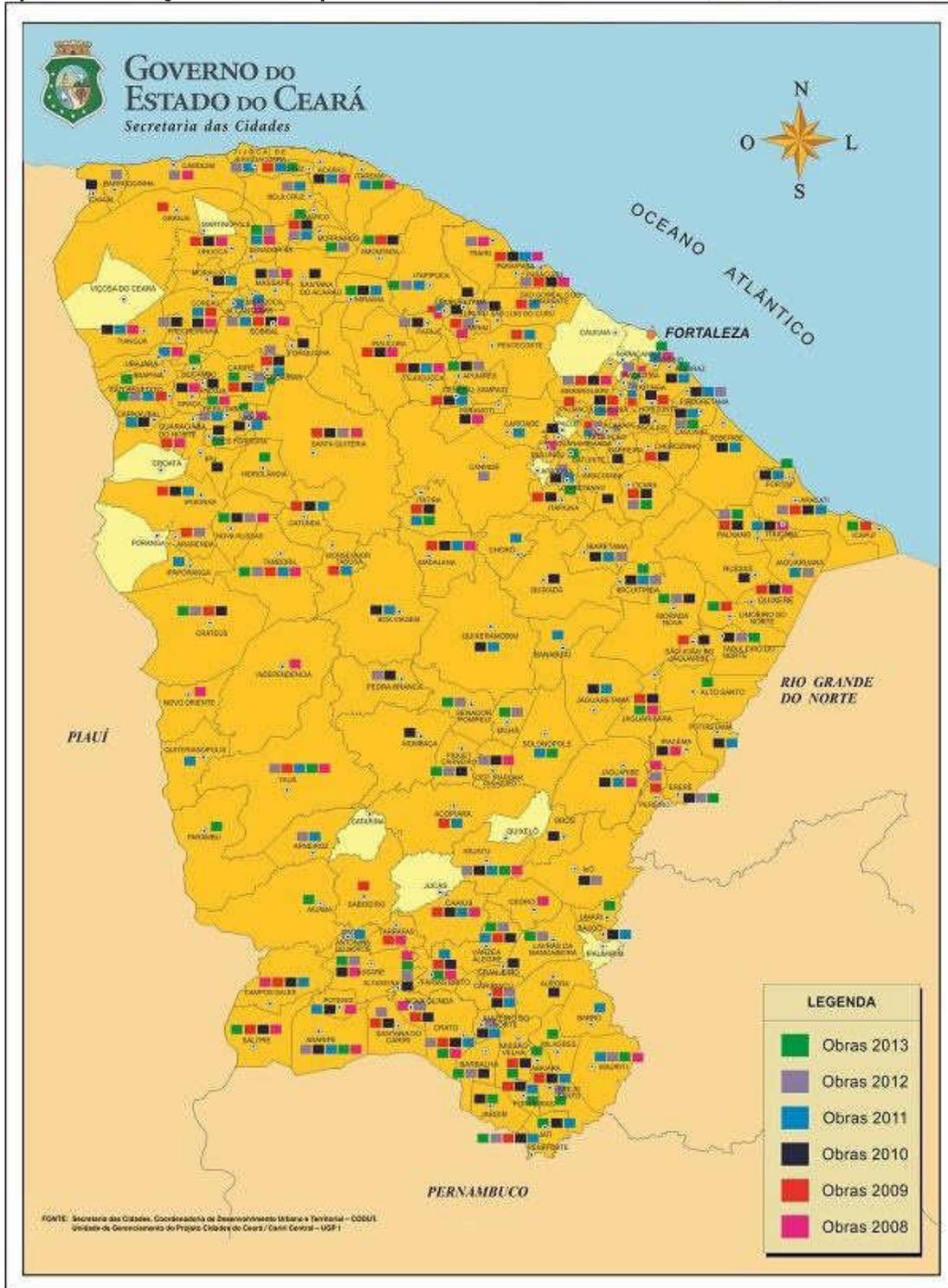
Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT

Figura 12. Construção da Praça das Melancias no município de Ibicuitinga, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT

Mapa 9. Distribuição dos municípios beneficiados com obras urbanas, Ceará, 2008-2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos

No exercício de 2006 foram concluídos os estudos técnicos e econômicos para a destinação final de resíduos sólidos no Estado do Ceará, que apontaram a necessidade de implantação de 27 aterros sanitários regionais e a melhoria em 3 aterros sanitários existentes, totalizando 30 aterros sanitários regionais para a solução da destinação desses resíduos sólidos.

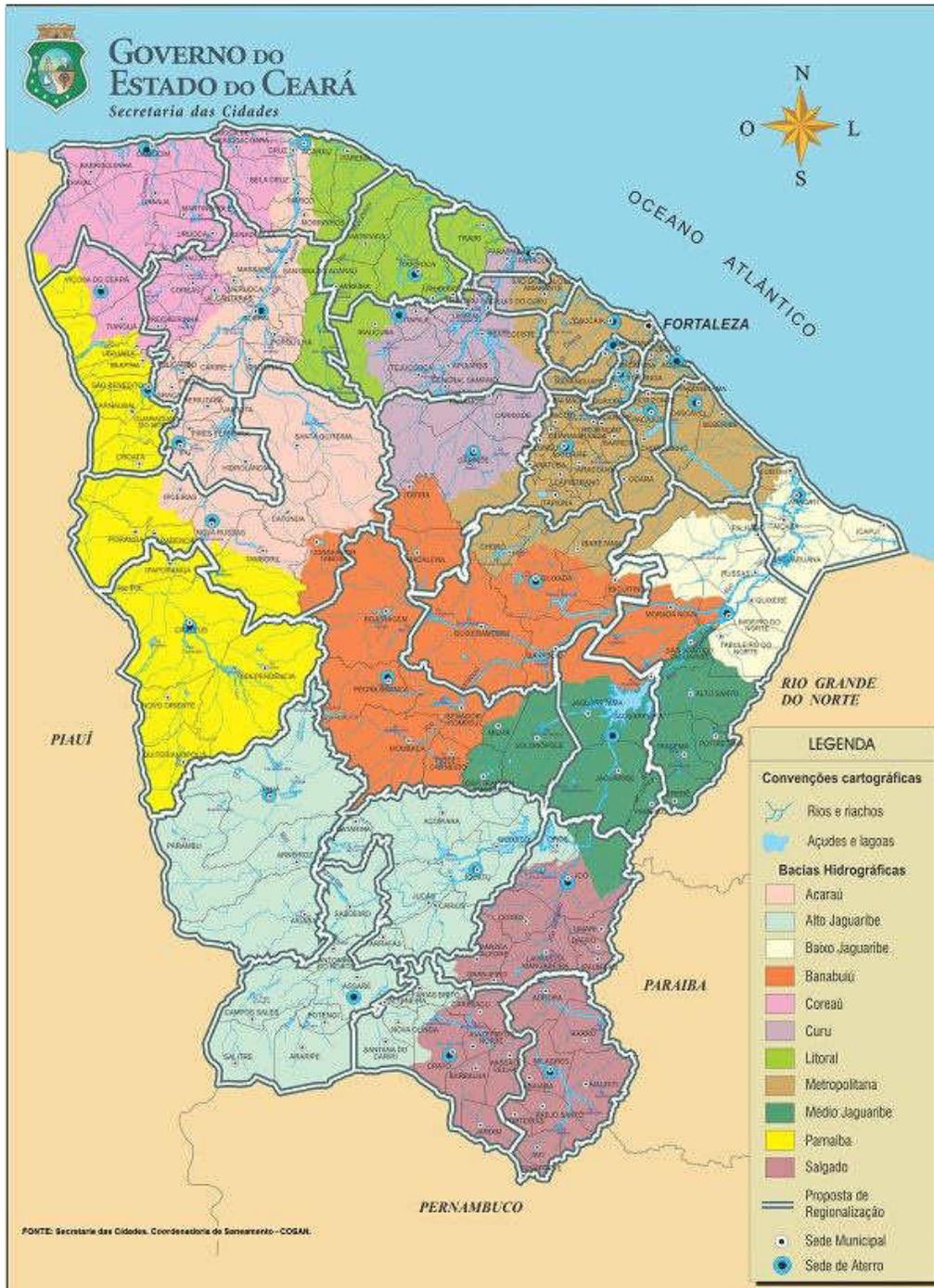
Quadro 1. Municípios Previstos para Implantação e Melhoria dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos – Secretaria das Cidades

Municípios Previstos para implantação de Aterros Sanitários no Estado do Ceará	
Acaraú	Itapipoca
Aquiraz *	Jaguaribara
Aracati	Limoeiro do Norte
Assaré	Maracanaú *
Baturité	Milagres
Camocim	Nova Russas
Canindé	Pacajus
Cascavel	Pacatuba
Caucaia *	Paracuru
Crateús	Pedra Branca
Crato (substituído por Caririaçu)	Quixadá
Icó	São Benedito (substituído por Guaraciaba do Norte)
Iguatu	Sobral
Ipu	Tauá
Itapajé	Viçosa do Ceará

* Melhoria de Aterro Sanitário.

O modelo escolhido para a implantação da política estadual de destinação adequada de resíduos sólidos foi o de Consórcios Públicos, disciplinado pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que preserva a autonomia dos entes federados.

Mapa 10. Localização Prevista dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos, Ceará, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento - COSAN.

Para a realização dos serviços de formação dos consórcios, no período 2008-2011 a Secretaria das Cidades contratou uma consultoria que objetivou a formação de 23 (vinte e três) consórcios públicos. Contudo não foi possível a formação do consórcio de Iguatu, devido a pendências judiciais envolvendo o município sede do aterro. Assim encontram-se

constituídos por indução pelo Governo do Estado do Ceará 22 (vinte e dois) consórcios públicos objetivando a gestão de aterros sanitários regionais. Esse esforço possibilitou a adesão e a inclusão de 144 municípios (**Tabela 10**).

Ressalte-se que por iniciativa das Prefeituras Municipais de Paracuru, Baturité, Pedra Branca e Viçosa do Ceará foram formados 4 (quatro) Consórcios Públicos, que incluem 25 (vinte e cinco) municípios, conforme destacado no **Mapa 10**.

Os municípios de Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Quixelô e Tarrafas não efetivaram a formação do consórcio público.

Os municípios de Caucaia e Fortaleza destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC**; Maranguape e Maracanaú destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Metropolitano Sul**; e Aquiraz e Eusébio destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Sanitário Leste**. Esses operam em regime de Termo de Cessão de Uso.

Os municípios de São Gonçalo do Amarante, Palmácia e Parambu não aderiram à formação dos consórcios públicos por decisão das respectivas gestões municipais (**Mapa 11**).

Aos Consórcios Municipais cabe a operação dos aterros sanitários regionais e a responsabilidade pelo transporte dos resíduos dos municípios ao aterro sanitário.

Tabela 10. Consórcios Públicos Formados por Iniciativa do Governo Estado do Ceará no período 2008-2011.

Ordem	Municípios		Quantidade de Municípios
	Sede do Aterro	Demais Participantes	
1	Acaraú	Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos	7
2	Aracati	Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana	5
3	Assaré	Antonina do Norte, Araripe, Campos Sales, Potengi, Saboeiro e Salitre	7
4	Camocim	Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópolis e Uruoca	6
5	Canindé	Caridade, Madalena, Paramoti e Itatira	5
6	Cascavel	Beberibe e Pindoretama	3
7	Crateús	Independência, Ipaporanga e Novo Oriente	4
8	Caririáçu	Altaneira, Barbalha, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Santana do Cariri e Missão Velha	10
9	Icó	Baixio, Cedro, Granjeiro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Orós, Umari, Várzea Alegre	9
10	Itapajé	Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Pentecoste, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Umirim e Tururu	9
11	Itapipoca	Amontada, Miraíma e Uruburetama	4
12	Jaguaribara	Jaguaretama, Jaguaribe e Pereiro	4
13	Limoeiro do Norte	Alto Santo, Ererê, Iracema, Morada Nova, Palhano, Quixeré, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Russas e Potiretama	11
14	Milagres	Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte e Porteiras	9
15	Nova Russas	Ararendá, Catunda, Poranga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Tamboril	8
16	Pacajus	Chorozinho, Horizonte e Ocara	4
17	Pacatuba	Guaiuba e Itaitinga	3
18	Ipu	Hidrolândia, Pires Ferreira, Reriutaba e Varjota	5
19	Quixadá	Banabuiu, Choró, Ibareta, Ibicuitinga e Quixeramobim	6
20	São Benedito	Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina e Ubajara	6
21	Sobral	Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Massapê, Graça, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Santana do Acaraú e Senador Sá	15
22	Tauá	Aiuaba, Arneiroz e Quiterianópolis	4
Total			144

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – COSAN.

Mapa 11. Situação dos Municípios quanto à formação dos Consórcios Públicos, Ceará, 2012.



Desde 2008 a Secretaria das Cidades vem articulando junto ao Governo Federal a captação dos recursos necessários à elaboração dos projetos executivos que objetivam a construção de 13 (treze) aterros sanitários e suas unidades correlatas. Encontram-se em desenvolvimento até o presente momento 9 (nove) projetos executivos.

Em agosto de 2010 foi instituída a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS, por meio da lei federal Nº12.305. Essa lei reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Essa mesma lei determina que até agosto de 2014 todas os municípios devem promover o fechamento dos lixões e a construção de aterros sanitários ambientalmente sustentáveis. Segundo informações do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, registradas em 2012, há cerca de 280 lixões espalhados pelos 184 municípios do Ceará

Não obstante a determinação legal da PNRS, para a construção de um aterro sanitário é necessário um longo processo que inclui a realização de vários estudos minuciosos de natureza locacional, ambiental, geotécnica, topográfica e de viabilidade socioeconômica. Também requer um diagnóstico do sistema atual de resíduos sólidos, a elaboração de projeto executivo, planos de operação e manutenção do aterro sanitário e suas unidades correlatas; o monitoramento dos efluentes líquidos e gasosos e águas subterrâneas e a elaboração de um plano de fechamento do aterro sanitário.

Somente após a realização e aprovação de todos esses estudos é possível elaborar termo de referência para licitação, contratação e início das obras de construção do aterro sanitário e suas unidades correlatas.

Com o funcionamento de aterros sanitários e o encerramento dos lixões haverá inevitavelmente a desocupação de mão-de-obra de catadores que sobrevivem da atividade de catação de recicláveis. Diante do exposto, torna-se indispensável levar em conta este universo de catadores no modelo de gestão de resíduos urbanos.

Neste sentido a Secretaria das Cidades no final de 2012 elaborou o Projeto de Inclusão Produtiva de Catadores em Redes Solidárias no Estado do Ceará, que tem por objetivo promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis,

apoiando a estruturação de organizações associativas auto-sustentáveis e a formação de pessoas envolvidas nesse processo, propiciando a geração de trabalho e renda.

Esse projeto foi concebido em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a inclusão das cooperativas de catadores ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis em todas as fases da coleta seletiva dos resíduos.

O projeto será executado a partir de 2013 com duração prevista de 36 (trinta e seis) meses, e prevê sua implementação em 12 (doze) territórios onde houve formação de consórcios públicos, que incluem 93 (noventa e três) municípios. Estima-se alcançar um número aproximado de 2.500 (dois mil e quinhentos) catadores, organizados em 12 (doze) cooperativas com uma central de comercialização e negociação.

Esse Programa tem por objetivo específico identificar, sensibilizar e mobilizar catadores para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; apoiar a criação da incubação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, organizar os catadores como cooperados no entorno de empreendimentos econômicos solidários; disponibilizar infraestrutura e logística necessárias às cooperativas para a coleta, triagem, prensagem e comercialização de recicláveis; e fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis.

3.2. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2012)

O indicador se refere à população residente nas áreas urbanas dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios da RMF projetada para o ano em análise.

Os marcos no sentido da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos na RMF referem-se à elaboração pelo Estado, em 1988, do Plano Metropolitano de Limpeza Urbana; o início da operação, em 1991, do **Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC**, que atende o município de Caucaia e Fortaleza, esse último desde 1997 com a desativação do lixão do Jangurussu; a conclusão, em 1996, da construção do **Aterro Metropolitano Sul** localizado no município de Maracanaú, que atende também o município de Maranguape; e do **Aterro Sanitário Leste**, localizado em Aquiraz, que atende também ao município de Eusébio.

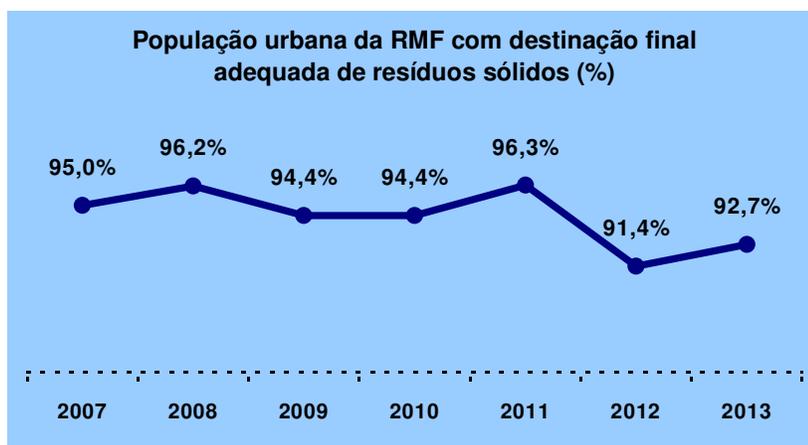
Na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF há outros 3 Aterros Sanitários construídos por iniciativa dos municípios de **Horizonte**, **Pacatuba** e **São Gonçalo do Amarante**, devido à má operação desses equipamentos, em 2012 houve uma involução no status, passando de aterro sanitário a lixões, permanecendo a situação em 2013.

No período 2007-2013, a cobertura da população urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos refletiu o crescimento vegetativo da população da RMF.

Em 2013, dos 15 municípios da RMF apenas 6 - Aquiraz e Eusébio, com o Aterro Sanitário Leste; Caucaia e Fortaleza, com o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia; Maracanaú e Maranguape, com o Aterro Metropolitano Sul; destinaram os resíduos sólidos domiciliares gerados de forma adequada.

Assim, registra-se no ano de 2013 um percentual de 92,7% da população urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos. avanço em relação ao percentual de 91,4% registrado em 2012.

Figura 13. Evolução do Indicador População Urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – COSAN.

3.3. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2012)

O indicador se refere a população residente nas áreas urbanas dos municípios do Interior (exceto RMF) beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em

relação à população urbana total dos municípios do Interior (exceto RMF) projetada para o ano em análise.

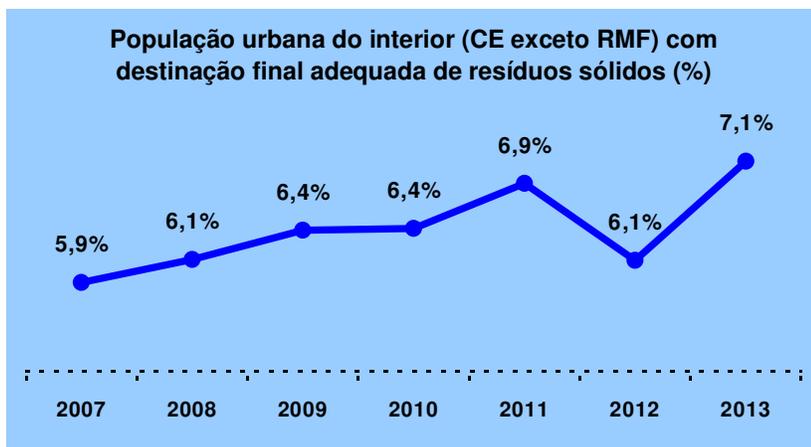
No Interior do Estado a situação da destinação adequada dos resíduos sólidos é crítica uma vez que apenas o município de Sobral possui aterro sanitário em operação, com licença emitida pela Autarquia Municipal do Meio Ambiente – AMA. Esse aterro atende também ao município de Meruoca.

O Aterro Sanitário do município de Jaguaribara, construído pelo Estado quando da mudança de localização daquela cidade, ocasionada pelas obras destinadas ao reassentamento da população atingida pelas obras do Açude Castanhão, encontra-se na condição de lixão. Também passou a essa condição o Aterro Sanitário de Lavras da Mangabeira que antes operava de forma satisfatória.

Alguns municípios do interior do Ceará, a exemplo de Quixadá, Camocim, Paramoti, Tauá, Itapipoca, chegaram a construir aterros sanitários, no entanto perderam esse status por falta de uma gestão adequada e do alto custo de manutenção do equipamento, por isso, regrediram a condição de lixões. Os municípios de Mauriti e Iguatu construíram seus aterros, mas não começaram a operar, sendo o de Iguatu finalizado em 2010 e o de Mauriti em 2012.

Com isso, registra-se em 2013, um percentual de apenas 7,1% da população urbana do interior beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos, um avanço em relação ao percentual de 6,1% registrado em 2012.

Figura 14. Evolução do Indicador População Urbana do Interior (exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – COSAN.

3.3.1. Produto Aterro Sanitário Construído (2012)

O produto aterro sanitário construído também influencia diretamente o Resultado Estratégico 3 - Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. Cabe salientar que não foi possível construir aterro sanitário em 2013.

O Estado do Ceará tem realizado um trabalho por meio da Secretaria das Cidades para a elaboração dos projetos executivos nos municípios de (1) Paracuru, (2) Caririaçu, (3) São Benedito, (4) Camocim, (5) Sobral, (6) Icó, (7) Milagres, (8) Limoeiro do Norte e (9) Pedra Branca, que objetivam a construção dos aterros sanitários regionalizados.

As ações no sentido da elaboração do Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado de **Paracuru** foram iniciadas em 2007, com a elaboração do Termo de Referência e do Edital. A Licitação para contratação do projeto executivo de engenharia também foi realizada naquele mesmo ano. Os recursos do Tesouro foram disponibilizados em 2008 e a contratação da empresa ocorreu em 2009, tendo sido iniciado o projeto executivo naquele mesmo exercício.

No período de 2009/2013 foram entregues os seguintes produtos:

1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares (2009).
2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais - produto II - (2010)
3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais - produto III - (2010).
4. Estudos Ambientais - produto IV – (2011).
5. Detalhamento dos Equipamentos - produto VIII – (2012)
6. Revisão do Plano Local de Gestão - produto IX – (2012).
7. Planos de Operação e Manutenção - produto X – (2012).
8. Plano de Fechamento dos Lixões – produto XI – (2012).
9. Plano Básico de Saneamento Ambiental – (2013)
10. Serviços Arqueológicos – (2013)

O Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado do **Cariri (Caririaçu)** teve ações iniciadas em 2008, quando foram elaborados o Termo de Referência e o Edital. Naquele mesmo ano foi assinado o Convênio com a FUNASA para captação dos recursos financeiros junto ao Governo Federal. Ainda em 2008 foi realizada a licitação do projeto, resultando na contratação do fornecedor, em 2009.

Até o final de 2012/2013 foram entregues os seguintes produtos:

1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares – produto I - (2009).
2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais – produto II - (2011)
3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais – produto III - (2011).
4. Estudos Arqueológicos – produto XIII - (2012).
5. Apresentação e aprovação dos estudos ambientais e comprovação das licenças necessárias – (2013).
6. Apresentação e aprovação do detalhamento dos equipamentos a serem utilizados na operação dessas instalações – (2013).
7. Aprovação da revisão e apresentação de uma proposta definitiva para o Plano de Gestão – (2012).
8. Apresentação e aprovação dos Planos de operação, manutenção, ocupação, monitoramento e de recuperação das áreas utilizadas – (2013).
9. Estudos Aviários – (2013).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Sobral**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 20012/2013 os produtos

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Estudos ambientais (2013);
3. Estudos Geotécnicos (2013);
4. Serviços Topográficos (2013);
5. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
6. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **São Benedito**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 20012/2013 os produtos

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Estudos ambientais (2013);
3. Serviços Topográficos (2013);
4. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
5. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Camocim**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 20012/2013 os produtos

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
3. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013).

As primeiras entregas de produtos referentes aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Icó** e **Milagres** foram iniciadas em 2012. Foram concluídas no período de 2012/2013:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas. (2012)
2. Estudos Geotécnicos. (2012)
3. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos referentes a essas regiões. (2012)
4. Produto XI – Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes
5. Produto VIII – Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas
6. Produto IX – Plano de Monitoramento (Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas)
7. Produto IV – Serviços Topográficos Inerentes A Elaboração do Projeto Executivo do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas
8. Produto IV – Estudo de Viabilidade Socioeconômica do Aterro Consorciado
9. Produto X – Plano de Fechamento do Aterro Sanitário
10. Produto II – Estudos Ambientais
11. Produto XII – Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono

A primeira entrega referente ao projeto executivo do aterro sanitário regional que beneficiará a região de **Limoeiro do Norte** foi realizada em 2012. Foram concluídas no período de 2012/2013 os produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas. (2012)

O projeto executivo do aterro sanitário que beneficiará a região de Pedra Branca, que foi licitado e contratado por meio do CODESUL, é apoiado financeiramente pelo Governo do Estado. Esse projeto tem sido executado de forma lenta:

1. Caracterização de Área e Escolha de Alternativas.
2. Estudos Ambientais.
3. Diagnósticos do Sistema atual de Resíduos Sólidos.

No que se refere as licitações para a contratação de projetos executivos, 2013, temos o seguinte:

1. TP 20130001 (Assaré) - concluída em 10/09/2013, ainda não homologada;
2. TP 20130003 (Tauá) - concluída em 19/12/2013, homologada e aguardando decisão sobre desoneração de proposta comercial;
3. TP 20130004 (Itapipoca) - concluída em 26/11/2013, homologada e aguardando decisão sobre desoneração de proposta comercial;
4. TP 20130002 (Acará) - concluída em 06/01/2014, homologada e aguardando decisão sobre desoneração de proposta comercial.

4. RESULTADO 4 – EXPANSÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS

Tabela 11. Indicadores do Resultado Estratégico Expansão das Economias Locais, Ceará, 2007-2013.

Indicador	Exercício						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Produtores beneficiados com ações de apoio aos arranjos produtivos locais/ às atividades econômicas locais	250	1.684	1.868	3.893	3.893	2.674	800

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central – UGP I.

O desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado impulsionou o Governo Estadual a buscar soluções para os entraves apresentados pelas regiões, notadamente econômicos, e a mitigar os fatores que limitam seu desenvolvimento, em uma tentativa de reduzir as disparidades existentes no Estado.

Nesse sentido, a atuação da Secretaria das Cidades, efetivada pelo Programa Desenvolvimento Regional (034), concentrou-se em ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico de polos estratégicos do Estado, notadamente na qualificação das cidades e na expansão das economias locais e no apoio às atividades produtivas endógenas, conformadas em Grupos Produtivos de Baixa Renda ou em Arranjos Produtivos Locais – APLs.

O apoio a Grupos Produtivos de Baixa Renda e Arranjos Produtivos Locais é considerado, pelo Governo Federal, como um dos mais significativos instrumentos de geração de emprego e renda. Isso é possível porque o apoio concentra-se em aglomerações de empresas (ou produtores) fortemente inter-relacionadas e interdependentes, que interagem com o objetivo de expandir os laços de confiança e cooperação entre seus agentes, e não de forma isolada, individual.

A coordenação, o esforço coletivo, a proximidade, que não é estritamente física entre os agentes, permite a criação de parcerias entre as empresas (ou produtores), muitas vezes organizadas em associações e cooperativas, que ao compartilharem da qualificação de mão de obra, da compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, serviços especializados de logística etc., conseguem acesso a competências que individualmente não alcançariam, e veem aspectos como eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade se expandirem.

Para avaliar as ações da Secretaria das Cidades neste âmbito, no resultado estratégico **Expansão das Economias Locais**, que reflete o apoio a aglomerações produtivas, foi definido o indicador “Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais” (**Tabela 11**).

4.1 Análise do Indicador de Resultado: Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

O indicador Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais reflete o número de produtores que receberam apoio técnico e/ou financeiro da Secretaria das Cidades, prioritariamente em dois projetos: Projeto de Inserção Produtiva e Projeto Cidades do Ceará Cariri Central.

O Projeto de Inserção Produtiva, iniciado em 2008, foi criado para incentivar as atividades econômicas endógenas de grupos produtivos de baixa renda em que os produtores recebem até um salário mínimo⁴ por mês. A estratégia é direcionar investimentos para atividades econômicas que, ao serem incentivadas, ampliem as rendas das famílias envolvidas, retirando-os da condição de pobreza. Nesse sentido, a Secretaria das Cidades concebeu dois Editais de Apoio aos Projetos Produtivos, um em 2007 e outro em 2009, onde seus beneficiários foram selecionados, prioritariamente, entre os municípios com os menores IDM.

O Projeto Cidades do Ceará Cariri Central foi concebido para contribuir com o desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri. Iniciadas em 2010, as ações do Projeto têm como objetivo fortalecer a estrutura urbana, a base econômica, e as instituições que compõem a região. Em relação à base econômica, os investimentos direcionam-se para a principal atividade econômica endógena do Cariri: Turismo.

No período de 2007–2013, o indicador apresentou variação positiva de 220,00%. Esse crescimento é decorrente da implantação, nos anos de 2008 e 2010, desses dois Projetos mencionados, fato este corroborado pela tendência positiva apresentada entre os anos de 2008 e 2011, como pode ser verificado na Tabela 11.

Em 2007, os 250 produtores mensurados foram beneficiados através de projetos pontuais, em sua maioria através de parcerias com outras instituições que também apoiam

⁴ Nestas condições, a renda per capita das famílias dos produtores beneficiários é inferior a meio salário mínimo, considerando uma média de três pessoas por família.

aglomerações produtivas, notadamente por meio do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - NEAAPL-CE, instituído neste ano por decreto.

Esse cenário se alterou no período de 2008-2011, com a implantação de dois Editais de Projetos Produtivos e do Projeto Cidades do Ceará Cariri Central, como já mencionado. Com estas iniciativas, a Secretaria das Cidades ampliou sua ação em benefício do desenvolvimento de atividades endógenas, e principalmente, deu a oportunidade dos grupos produtivos gerarem renda em suas localidades.

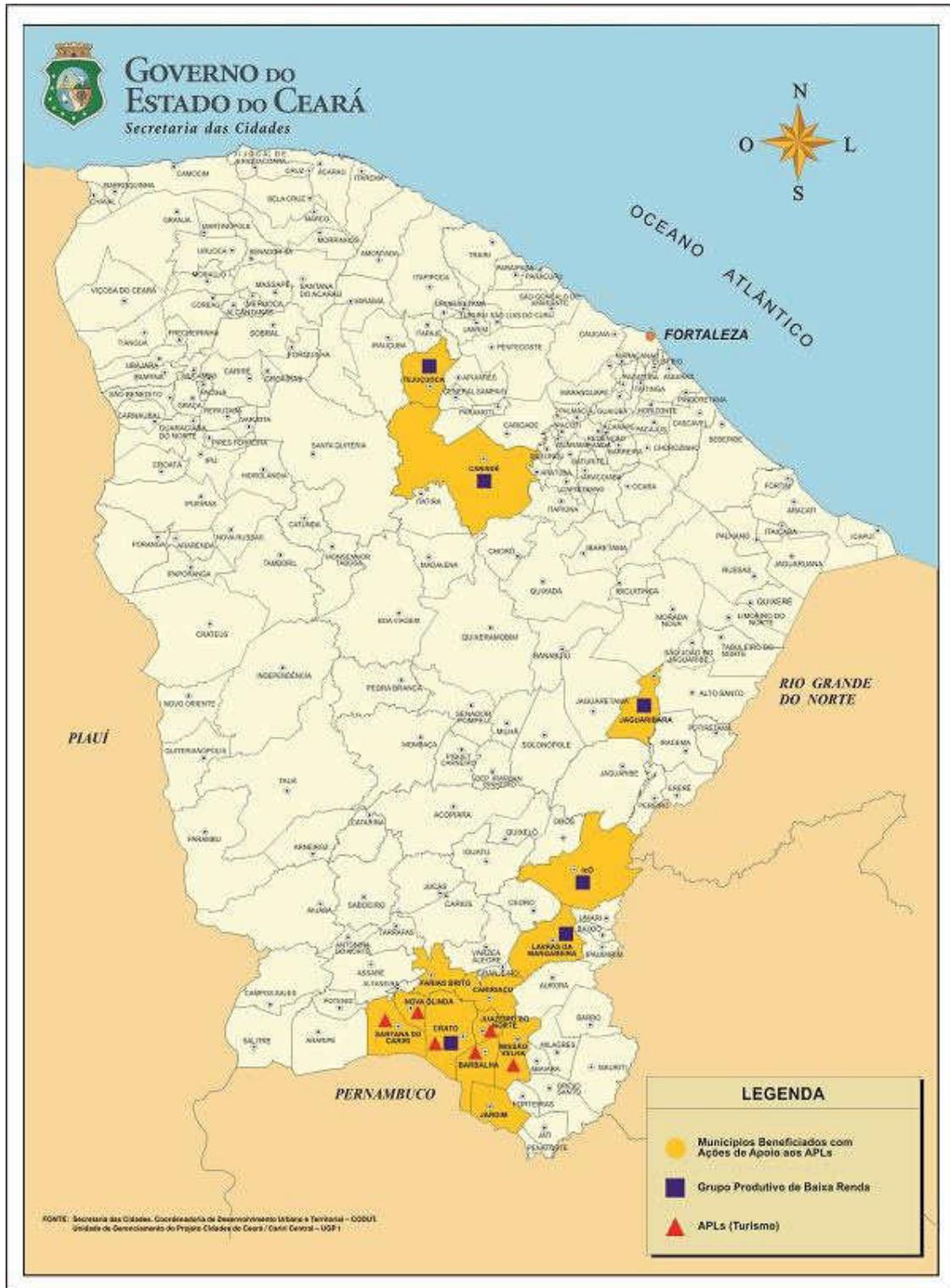
Com isso, os incentivos se voltaram para ações de natureza econômica, que objetivam, entre outros aspectos, atender as demandas de estruturação produtiva (obras ou reformas de estruturas físicas, aquisição de bens e equipamentos, compra de matérias-primas, formação de capital de giro), e de conhecimento (capacitação e consultorias). Sem esses incentivos, os grupos produtivos não teriam condições, em um primeiro momento, de se desenvolverem e gerarem renda, visto que não possuíam capital para investir nos negócios, nem garantias exigidas das instituições financeiras.

Em 2013, 800 produtores de 14 municípios (**Mapa 12**) receberam apoio técnico e/ou financeiro. Do total de beneficiários, 604 produtores eram integrantes dos Arranjos Produtivos Locais de Turismo e Calçados, públicos-alvo do Projeto Cidades do Ceará Cariri Central. Os 196 beneficiários restantes são produtores de 08 projetos produtivos, dos quais 05 foram finalizados e 03 estão ainda em execução.

Destacam-se como realizações em 2013, voltadas para o APL de Turismo, a assessoria técnica para o Planejamento e Implantação da Estratégia de Desenvolvimento do Geopark e a elaboração dos Projetos Executivos Complementares e Revisão do Anteprojeto de Arquitetura de Melhorias e Infraestrutura para o Geopark.

A redução no número de beneficiários em 2013 de 70,08%, comparativo ao ano anterior, é explicada pelo encerramento de muitos convênios dos projetos produtivos em anos anteriores e pela decisão da setorial de não dar continuidade à essa ação. Assim, nos próximos anos, novas reduções no número de beneficiários poderão ser observadas, considerando o encerramento dos convênios, e conseqüentemente, a finalização dos editais de projetos produtivos e do Projeto Cidades do Ceará Cariri Central em 2014.

Mapa 12. Municípios beneficiados com ações de apoio aos Grupos Produtivos de Baixa Renda e aos Arranjos Produtivos Locais, Ceará, 2013.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT e Projeto Cidades do Ceará - Cariri Central.